



Número: **0807395-60.2019.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **2º Juizado Especial Misto de Mangabeira**

Última distribuição : **23/08/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ALINE CARLA NUNES DE FREITAS (AUTOR)		IGOR FELIPE PEREIRA DOS SANTOS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
23799 011	23/08/2019 19:03	Petição Inicial	Petição Inicial
23799 524	23/08/2019 19:03	Petição inicial - Aline Carla	Outros Documentos
23799 532	23/08/2019 19:03	Documentos de identificação e comprobatórios_compressed_compressed-1-21	Documento de Comprovação
23799 533	23/08/2019 19:03	Documentos de identificação e comprobatórios_compressed_compressed-22-30	Documento de Comprovação
23799 534	23/08/2019 19:03	Documentos de identificação e comprobatórios_compressed_compressed-30-42	Documento de Comprovação
23885 261	27/08/2019 17:39	Laudo e Comprovante de residência	Documento de Comprovação
23885 402	27/08/2019 17:39	Comprovante de residência	Documento de Comprovação
23885 405	27/08/2019 17:39	Laudo 03	Documento de Comprovação
23885 407	27/08/2019 17:39	Laudo 02	Documento de Comprovação
23885 409	27/08/2019 17:39	Laudo 01	Documento de Comprovação
24455 798	16/09/2019 14:27	Mandado	Mandado
24456 199	16/09/2019 14:27	Carta	Carta

Em anexo.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO _ JUIZADO ESPECIAL MISTO DE MANGABEIRA/PB.

ALINE CARLA NUNES DE FREITAS, brasileira, casada, promotora de vendas, portador da cédula de identidade sob o nº 3392279 e inscrito no CPF sob o nº 078.860.564-00, residente e domiciliado á Rua: Jackson do Pandeiro, 61, Apt.203, Cidade do Colibris, CEP: 58073-196, João Pessoa/PB, por seu advogado que esta subscrevem (instrumento de mandato incluso), com escritório profissional localizado á Av. João Machado, 964, sala 102, Emp. Eudo Jansen, Centro, João Pessoa/PB, **onde deverão ser enviadas as comunicações processuais pertinentes,** e-mail: **igorsantosadvocacia@gmail.com**, vem, mui respeitosamente perante Vossa Excelência, com fundamento no art. 319 do CPC e com base na Lei 6.194/74 ingressar com a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT** inscrito no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, Rua: Senador Dantas, 74,5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20031-205, com fundamento nas razões de fato e de direito a seguir expostas:

PRELIMINARMENTE
DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

O requerente pleiteia os benefícios da justiça gratuita (arts. 98 e 99, 4§, do Código de Processo Civil), tendo em vista não poder arcar com as despesas processuais, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família.



DO INTERESSE DE AGIR

Via administrativa inadequada **Irregularidades no pagamento leva ao ajuizamento para cobrança de** **diferenças**

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.

1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional do acesso ao Judiciário. Inteligência do artigo 5º, XXXV, da CF. Sentença desconstituída. APELO



PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70031697154, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 09/09/2009).

Contudo, para afastar qualquer dúvidas quanto à inadequação da via administrativa no seguro **DPVAT**, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é **OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO**:

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve correção).
- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.
- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.
- A Seguradora Líder diligencia e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias e leis, que só visam ao lucro para o convênio DPVAT e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotivá-la.



Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem contudo ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situação acima expostas.

1 - DOS FATOS

No dia **23/08/2016** por volta das **17:00hrs**, o demandante foi vítima de acidente de trânsito em razão do trabalho (carro x carro). No dia do fato a demandante estava a serviço, saindo de Lagos Tapada para a cidade de Cajazeiras quando no cruzamento de São Gonçalo colidiu com o veículo, que, no momento pelas lesões que sofreu foi socorrida para o Hospital Regional de Souza pelo Samu local. Em decorrência do acidente a demandante apresentou através de exames, conforme documentação anexa os CID nº S-10.9; S-20.7; S.30.1 e S.70.1, qual sejam, traumatismo superficial do pescoço, traumatismo superficial do tórax, traumatismo superficial do abdome, do dorso e da pelve e traumatismo superficial do quadril, e da coxa.

Diante de tal fato, o suplicante vindo a tomar ciência acerca dos direitos que lhe cabe, vem perante esse juízo, esperando ser devido e completamente indenizado no percentual de **25% (vinte por cento)** do valor máximo da indenização de **R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais)**, um vez que teve **perda anatômica e funcional completa de um dos membros inferiores** e não mais poderá desenvolver qualquer trabalho e atividades do seu cotidiano que exercia outrora com o braço direito, conforme anexo abaixo e na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007:

ANEXO
(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).
(Produção de efeitos).

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	



Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental	100
alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre	
deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)	
comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente”.

OS DOCUMENTOS APRESENTADOS FAZEM PROVAS SUFICIENTES DA INCAPACIDADE DO REQUERENTE, DEVENDO SER RECONHECIDO O DIREITO A INDENIZAÇÃO, COM JUROS A PARTIR DA CITAÇÃO, E CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 340, OU SEJA, A PARTIR DO DIA 29/12/2006, DATA QUE OS VALORES FORAM CONGELADOS E A PARTIR DAÍ, NUNCA TIVERAM REAJUSTE.

Diante de tais fatos e da comprovação da invalidez, a via judicial se faz necessário para que Vossa Excelência **determine que a seguradora pague a indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT no grau de 25% (vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais, perfazendo o montante de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), com a devida correção monetária a partir do dia 29/12/2006.**



2 - DO DIREITO

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total ou parcial**, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifo nosso)

3 - PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA - DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE OCORRÊNCIA - NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO

O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente” ...

Mediante a entrega dos seguintes documentos:



“registro da ocorrência no órgão policial competente”.

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, **exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.**

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo Artigo 333, I do Código de Processo Civil, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar), **portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário**, não podem ser admitidas.

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 333, II do CPC, **que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.**

Não obstante, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso, entende, que a simples prova do acidente e da invalidez permanente, podem ser provados por outros meios de provas, não dependendo exclusivamente de Laudo Pericial ou Boletim de Ocorrência, conforme se vê no recurso de apelação nº 69727/2008, abaixo transcrição da ementa:

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

**RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL Nº 69727/2008 -
CLASSE II - 21 - APELANTE: SUL AMÉRICA CIA.
NACIONAL DE SEGUROS**

APELADO: JOSÉ RONALDO DA SILVA

Número do Protocolo: 69727/2008

Data de Julgamento: 8-9-2008

EMENTA:

**RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE
COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT - PRELIMINAR DE
DESERÇÃO - REJEITADA - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE
COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - AFASTADA -**



LAUDO DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - DISPENSÁVEL - POSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA - SINISTRO E INVALIDEZ DE CARÁTER PERMANENTE – COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL - SALÁRIO MÍNIMO - ALEGADA IMPOSSIBILIDADE DE VINCULAÇÃO - AFASTADA - PARÂMETRO PARA A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - POSSIBILIDADE - GRAU DE INVALIDEZ RESULTANTE DO ACIDENTE DE TRÂNSITO - DESNECESSIDADE - RESOLUÇÕES DO CNSP - PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS LEIS - RECURSO DESPROVIDO.

Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, “**o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**”.

Demonstrado o nexu causal existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente na vítima, impõe-se o dever de indenizar.

O LAUDO PERICIAL DO INSTITUTO MÉDICO LEGAL NÃO CONFIGURA DOCUMENTO ESSENCIAL E IMPRESCINDÍVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA, NOTADAMENTE PORQUE A INCAPACIDADE DECORRENTE DO SINISTRO PODE SER AFERIDA POR OUTROS MEIOS DE PROVA.(...).

Portanto, cumpre a parte autora com o determinado por lei e embasado na jurisprudência, para fazer jus ao reconhecimento do direito a indenização, bem como ao recebimento da mesma, o que desde já requer.

4 - DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Os documentos apresentados fazem provas suficientes da incapacidade sofrida pelo Requerente, devendo ser reconhecido o direito a indenização, com juros a partir da citação, e correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes.

Excelência, como já é sabido, a Medida Provisória nº 340/2006, alterou o valor para pagamento das indenizações no seguro obrigatório DPVAT, de **40 (quarenta) salários mínimos**, para até **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.



Pois bem, essa medida provisória que depois foi convertida para Lei 11.482/2007, FIXOU os valores, e desde então, esses valores jamais foram corrigidos, ou reajustados, sofrendo a INEVITÁVEL e progressiva deterioração pela inflação.

Ressalta-se que, considerando que a inflação medida pelo IPCA acumulada do mês posterior à aprovação da mudança (dezembro de 2006) até julho de 2012, chegou a 31,4%, a perda de valor do sinistro do DPVAT já atingiu quase 1/3 (um terço).

Nota-se ainda que os valores arrecadados pelo DPVAT, conforme informações do sítio da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, são expressivos e têm se incrementado continuamente (**TODO ANO É REAJUSTADO, E O PAGAMENTO PELO CONTRIBUINTE É OBRIGATÓRIO**).

De uma arrecadação total de R\$ 1,9 bilhão em 2005, o DPVAT arrecadou R\$ 6,7 bilhões em 2011. As indenizações neste período também cresceram, mas em proporções bem inferiores.

Enquanto as indenizações representavam 36,2% do total arrecadado com o DPVAT em 2005, esta proporção atingiu 34,1% em 2011, pouco mais de dois pontos a menos.

A correção monetária a partir da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, ou seja, a partir do dia 29/12/2006, data que os valores foram congelados e a partir daí, nunca mais teve reajustes, é medida que se faz urgente, para evitar o enriquecimento sem causa das sociedades seguradoras, em detrimento do contribuinte.

Acompanhando todas as manobras das seguradoras, até conseguirem a edição da medida provisória em comento, ficou claro, que a norma não trouxe nenhuma forma de reajuste de propósito. Tudo fazia parte de um grande plano das seguradoras para diminuir o valor que seria repassado às vítimas de acidente, de forma progressiva. Inclusive contando com os efeitos corrosivos decorrentes da falta de um fator ou índice de correção.

Mas esse é outro assunto. Especificamente falando da **correção monetária**, esta visa manter o poder aquisitivo da moeda vigente no país, meio circulante de curso forçado com efeito liberatório das obrigações avençadas, cujo valor efetivo visa estabilizá-la como meio de troca econômica.

Sobre o assunto, são os ensinamentos do ilustre jurista José de Aguiar Dias (DIAS, José de Aguiar, Da Responsabilidade Civil, XIª ed., revis., atual e amp., de acordo com o código Civil de 2002 por Rui Berford Dias SP, RJ, PE: Renovar, 2006, p. 988) , ao asseverar que:



“A fórmula de atualização mais indicada, portanto, é a correção monetária, que é uma compensação à desvalorização da moeda. Constitui elemento integrante da condenação, desde que, no intervalo entre a data em que ocorre o débito e aquela em que é satisfeito, tenha ocorrido desvalorização. Se o devedor tem que pagar 100 reais e os 100 reais que ele ficou a dever não são mais, 100 reais, mas 100 reais menos a desvalorização sofrida pela moeda, é evidente que só se exonerará do débito e o credor só receberá o que lhe é devida, se o valor real, desencontrado do valor nominal, for reintegrado, mediante o acréscimo da diferença verificada”.

Ainda, é oportuno trazer à baila as lições de Arnaldo Wald (WALD, Arnaldo. Correção monetária de condenação judicial em ação de responsabilidade civil. Revista de Processo, São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 104, n. 26, p. 133-149, out.- dez/2001) quanto à atualização monetária, transcritas a seguir:

“Cabe agora verificar de que forma se deverá calcular a correção monetária da indenização, de forma a assegurar que o valor real do dano seja o mais rigorosamente preservado. Trata-se de um imperativo de ordem ética e jurídica, de forma a se obter a integral reparação do dano sem privilegiar ou punir qualquer das partes envolvidas.

Como já dissemos acima, a correção monetária da condenação não pode servir de benefício ao devedor, mas tampouco pode constituir em prêmio ao credor. Ela deve ser aplicada de forma a preservar e manter a essência da indenização, ajustando os números à realidade inflacionária e, consequentemente, mantendo o poder aquisitivo do dinheiro desvalorizado.

(...)

Sendo assim, sempre que houver depreciação monetária entre o momento da fixação do montante pecuniário da indenização e o instante do pagamento, a expressão nominal do dinheiro deve ser reajustada para que continue a traduzir o valor intrínseco do dano a reparar”.

Como a correção monetária tem por finalidade recompor o poder aquisitivo da moeda corroída pela inflação, nada mais justo, portanto, que o início da sua incidência se dê desde a data da entrada em vigor da Medida Provisória que alterou e CONGELOU os valores em até **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.



Portanto, com todas as vênias, aos que entendem que a correção monetária no seguro DPVAT, deve incidir a partir da data do sinistro ou do protocolo/distribuição da ação, pode-se afirmar com certeza que esse entendimento é absolutamente equivocado, especificamente quando se trata de sinistro ocorrido a partir da entrada em vigor da medida provisória nº 340/2006. Isso porque, como visto, essa medida provisória, congelou os valores LÁ EM 2006.

Para exemplificar, se uma pessoa sofrer um acidente de trânsito no ano de 2020, e deste acidente resultar incapacidade total de um dos membros inferiores, o valor a ser pago a essa vítima pelas seguradoras, será o valor equivalente a perda do membro (de acordo com a tabela), em valores nominais fixados no ano de 2006. Se o magistrado determinar que esse valor seja corrigido desde a data do acidente ou da distribuição da ação, o prejuízo será de enormes proporções, pois serão 14 anos de deterioração da moeda.

Alguns Tribunais Pátrios já perceberam essa defasagem e já estão determinando a correção desde a data da publicação da medida provisória, senão vejamos:

EMENTA:

AGRAVO REGIMENTAL EM APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. APLICAÇÃO DA TABELA INTRODUZIDA PELA MP Nº 451/08. IMPOSSIBILIDADE. SINISTRO OCORRIDO ANTES DA SUA VIGÊNCIA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA PUBLICAÇÃO DA MP Nº 340. RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A Medida Provisória 451/08, que estabelece uma gradação do valor da indenização a depender da intensidade da deficiência sofrida, não se aplica ao presente caso, eis que posterior à ocorrência do sinistro.

2. Aplica-se a correção monetária a partir da publicação da MP nº 340, eis que desde essa data o valor da indenização não se alterou, mas o valor dos prêmios continuou sendo atualizado, propiciando, assim, a recomposição do valor da moeda.

3. Agravo regimental conhecido, mas improvido. (TJDFT, 2ª T. Cível, ac. 487.348, Des. J.J. Costa Carvalho, julgado em 2011).

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO EM 25/04/07. VALOR DA INDENIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. 1. É APLICÁVEL A LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA DO DPVAT DA ÉPOCA DO ACIDENTE, QUE



ESTABELECE A INDENIZAÇÃO NO VALOR DE R\$13.500,00 PARA A HIPÓTESE DE INCAPACIDADE PERMANENTE, TOTAL OU PARCIAL. 2. A CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDE A PARTIR DA VIGÊNCIA DA MP 340/06, SOB PENA DE INACEITÁVEL INJUSTIÇA CONSISTENTE EM VALOR CORROÍDO PELA INFLAÇÃO E AGRAVADA PELOS FREQUENTES REAJUSTES DO PRÊMIO.(TJ-DF - APC: 20080710006606 DF 0000541-65.2008.8.07.0007, Relator: CRUZ MACEDO, Data de Julgamento: 12/09/2012, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 12/07/2013 . Pág.: 154).

*“(...) ‘Comprovada a debilidade permanente da função locomotora do membro inferior, ainda que em pequeno grau, nos termos da lei nº 6.194/74, a vítima faz jus ao recebimento da indenização.’ (APC 2007.01.1.032.743-9) 2. ‘Com base no princípio tempus regit actum, ocorrido o acidente em 01/02/2007, impõe-se a indenização no montante de R\$ 13.500,00 (art. 3º, da Lei 6194/74, com a redação dada pela Lei 11482/07), **devidamente corrigido monetariamente, tomando, como início da fixação desse valor, a data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, isto é, 29/12/2006.**’ (APC 2007.10.1.004308-6) (...) (20070810070448APC, Relator ROMEU GONZAGA NEIVA, 5ª Turma Cível, julgado em 18/03/2009, DJ 06/04/2009 p. 101)”*

*“(...) Inadequada a interpretação, ainda que positivada em resolução do CNSP, quando há lei ordinária, portanto hierarquicamente superior, que não fez qualquer distinção quanto à gradação do valor da indenização de acordo com o ‘grau’ da debilidade permanente sofrida pela vítima. 4. Com base no princípio tempus regit actum, ocorrido o acidente em 01/02/2007, impõe-se a indenização no montante de R\$ 13.500,00 (art. 3º, da Lei 6194/74, com a redação dada pela Lei 11482/07), **devidamente corrigido monetariamente, tomando, como início da fixação desse valor, a data da entrada em vigor da Medida Provisória nº 340, isto é, 29/12/2006.** (...) (20071010043086APC, Relator J.J. COSTA CARVALHO, 2ª Turma Cível, julgado em 19/11/2008, DJ 14/01/2009 p. 100)”*

“APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. NEXO CAUSAL COMPROVADO POR OUTROS DOCUMENTOS. POSSIBILIDADE. A comprovação do nexo causal do acidente e das lesões pode ser feita por meio de outros documentos, quando ausente o registro de ocorrência



perante a autoridade policial. **CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA EDIÇÃO DA MP 340/2006 (29/12/2006).**

A indenização devida pelo seguro DPVAT, em caso de acidente ocorrido após as alterações perpetradas pela Medida Provisória 340/2006, deve ser corrigida monetariamente a partir da data de sua edição (29/12/2006), por se tratar de medida que visa à reposição inflacionária no período. RECURSO NÃO PROVIDO, COM ALTERAÇÃO, DE OFÍCIO, DA CORREÇÃO MONETÁRIA” (TJPR - 9ª C.Cível - AC - 1259547-4 - Paranavaí - Rel.: Vilma Régia Ramos de Rezende - Unânime - - J. 06.11.2014).

Sobre o tema, o Desembargador JOSÉ ANICETO, do Tribunal de Justiça do Paraná, fez as seguintes considerações em voto de processo em que foi relator:

“Aliás, permitir que a seguradora pague em 2015 o mesmo valor fixado em 2006 é admitir um enriquecimento ilícito absurdo.

Veja-se que a aplicação da correção monetária a partir da edição da Medida Provisória nº 340/2006, reflete a mera recomposição do poder aquisitivo do valor devido com base na referida MP. Ademais, o magistrado pode, mesmo não tendo havido pedido expresso, alterar a condenação no pagamento da correção monetária porque esta se caracteriza como acessório e consectário lógico da condenação principal, incidindo independentemente da vontade da parte.

Portanto, é devido o pagamento da correção monetária sobre o valor da indenização, da data da entrada em vigor da MP 340/2006, ou seja, 29/12/2006, conforme determinou a sentença”.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, tem um entendimento diferente à respeito, porém, com o mesmo raciocínio, evitar a depreciação dos valores instituídos pela medida provisória que foi convertida na Lei 11.482/2007, determinando a correção desde a publicação da Lei, ou seja, desde 31/05/2007, nesses termos:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. PAGAMENTO DE SEGURO DPVAT. INCIDÊNCIA DE CORREÇÃO MONETÁRIA. PERCENTUAL A SER APLICADO SOBRE VALOR FIXADO NA LEI 11.482/2007. CIFRA QUE REPRESENTA DETERMINADO POTENCIAL AQUISITIVO. CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE INCIDIR DESDE A DATA DE PUBLICAÇÃO DA LEI 11.482/2007, A FIM DE QUE SE PRESERVE O



PODER AQUISITIVO CONFERIDO PELO LEGISLADOR À INDENIZAÇÃO RELATIVA AO SEGURO DPVAT. RECURSO PROVIDO. A representação numérica que se dá um valor é tão somente o índice do poder aquisitivo que tal valor representa. Logo, quando o Legislador estabeleceu, na Lei n. 11.482, publicada em 31-5-2007, que a indenização relativa ao seguro DPVAT deveria ser calculada com base no valor máximo de R\$ 13.500,00, o legislador conferiu aos respectivos segurados o direito de receber determinado percentual do equivalente ao poder aquisitivo que R\$ 13.500,00 representavam em 31-5-2007. Por conseguinte, os mesmos R\$ 13.500,00, nas datas em que ocorreram os acidentes de trânsito com os autores apelantes, não representavam mais o potencial aquisitivo que o Legislador destinou à indenização relativa ao seguro DPVAT, já que, para tanto, os R\$ 13.500,00 careceriam ser corrigidos monetariamente, segundo o INPC/IBGE". (TJ-SC - AC: 20130517842 SC 2013.051784-2 (Acórdão), Relator: Carlos Prudêncio, Data de Julgamento: 02/09/2013, Primeira Câmara de Direito Civil Julgado)

Veja nobre julgador, que a progressiva deterioração dos valores pagos a título de indenização no seguro DPVAT, é motivo de preocupação, não podendo o judiciário fechar seus olhos para esse particular.

Portanto, requer seja reconhecido o direito a indenização, e determinado que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com **JUROS LEGAIS de 1,0% (um por cento) ao mês**, A PARTIR DA CITAÇÃO INICIAL, e **CORREÇÃO MONETÁRIA** com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);

5 - DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

O advogado - em consonância com o art. 133 da Constituição Federal, bem como, com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - é indispensável à administração da justiça, sendo a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais sua atividade privativa, **tendo direito assegurado aos honorários convencionados, fixados por arbitramento e os de sucumbência.**

O Art. 22 da Lei 8906/94 assim preleciona:

"Art. 22 - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionais, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência."

Neste diapasão, os honorários de sucumbência são devidos a título de gratificação, pelo motivo da boa atuação do advogado na defesa dos interesses



da parte vencedora. Quanto mais o empenho dele tiver nexos com o resultado do processo, há de se convir que maior seja a verba honorária.

Pois bem, percebe-se que o zelo profissional dos patronos desta demanda é satisfatório, uma vez que tentam por todos os meios legais - munidos de direito para respaldar o pleito - a procedência da presente ação de indenização, no fito de aliviar a dor da parte autora, de acordo com a função social do advogado e respeito à ética profissional.

Os Arts. 82 e 85 do CPC, assim *verbis*:

Art. 82 –

(...)

§ 2º - A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou.

(...)

Art. 85 – A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

§ 2º – Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

II – o lugar da prestação do serviço;

III – a natureza e a importância da causa;

IV – o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço;

a) O GRAU DE ZELO DO PROFISSIONAL;

Por ter laborado em nome da dignidade da pessoa humana, por rebater a avareza da Seguradora Requerida, de todas as formas em direito admitidas, com muito zelo, modestamente requer-se que a Requerida seja condenada ao pagamento de honorários advocatícios.

Contudo, requer que seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 85, § 2º, ou seja, entre 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do



valor de **R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais)**, acrescido de juros legais e correção monetária desde o dia **29/12/2006**, aplicando assim, o parágrafo 2º do art. 85, que assim prevê:

§ 2º – Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

II – o lugar da prestação do serviço;

III – a natureza e a importância da causa;

IV – o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço;

Diante do exposto, requer que seja a requerida condenada a pagar os honorários advocatícios, no patamar de 20% (vinte por cento) já que a indenização da parte autora não ultrapassa a metade do máximo indenizável, qual seja, o valor de **R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais)**, mais a incidência de juros legais e correção monetária.

6 - DO PEDIDO

Ex positis, ao reconhecer que a Indenização do Seguro Obrigatório tem como efeito beneficiar quaisquer vítimas de acidente de trânsito e não as seguradoras do sistema, o Requerente requer a Vossa Excelência o que segue:

a) A concessão da justiça gratuita;

b) Que Vossa Excelência designe data para realização de Audiência de Conciliação, expedindo-se o competente mandado de **citação ao Réu no endereço fornecido pelo autor, citação essa que deverá ser por CORREIOS COM AVISO DE RECEBIMENTO (AR), nos termos dos Arts. 246, inciso I e 247, do CPC, para nela comparecer, caso queira, apresentar contestação no prazo legal, sob pena de confissão e revelia;**

c) Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT no grau de 25%



(vinte e cinco por cento) do valor máximo da indenização de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais, perfazendo o montante de R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais), com juros a partir da citação, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);

d) A condenação da requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios.

d.a) Quanto aos honorários advocatícios, requer que seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 85, § 2º, ou seja, no importe de 25% (vinte e cinco por cento) de R\$ R\$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais) com acréscimo de juros a partir da citação e correção monetária com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção, caso em que o direito a indenização da parte autora **não ultrapassa a metade do máximo indenizável, ou seja, o máximo indenizável é de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.**

e) Protesta e requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, principalmente pela juntada posterior de outros documentos, pericial, testemunhal, devendo ainda, o requerido colacionar aos autos os documentos necessários para o desenrolar da questão, por ser de direito e de justiça;

f) Que sejam as notificações e intimações realizadas EXCLUSIVAMENTE no nome da DR. IGOR FELIPE PEREIRA DOS SANTOS – OAB/PB 17.268, sob pena de nulidade, conforme preceitua o art. 271, § 2º do CPC;

Dá-se à presente causa o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, apenas para fins de alçada.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

João Pessoa, 23 de agosto de 2019.

**IGOR FELIPE PEREIRA DOS SANTOS
OAB/PB 17.268**

**AMANDA BORBA DUTRA
OAB/PB 19.994**



ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE SAÚDE
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO (UPS):
CÓDIGO DA UNIDADE: 261347ECPJ/CPFI 08.778.267/002708
NOME: HOSPITAL DEPUTADO MANOEL GONÇALVES DE ABRANTES
ENDEREÇO: RUA JOSÉ FACUNDO DE LIRA B. GATO PRETO Nº 433 CPFI 53.602.180.
MUNICÍPIO: SOUSA

PACIENTE: Cláudia Carla Nunes de Faria
SUS: 15.08.88 **IDADE:** 30 **SEXO:** F **RACIA:** BRANCA
PROFISSÃO: Mãe
MUNICÍPIO: SOUSA
CEP: 53.602.180
DOCUMENTO: 23.18.12
COD. MUNICÍPIO: 53.602.180
DATA DO ATENDIMENTO: 23/08/2019
CONTATO: 1

Caracterização do Atendimento:
NATUREZA DA CONSULTA: CONSULTA ESPECIALIZADA
PROCEDIMENTO: PROCEDIMENTO

Tipo de Atendimento:
01- ATENDIMENTO DE URGÊNCIA / EMERG
02- PRIMEIRA CONSULTA (ELETIVA)
03- CONSULTA SUBSEQUENTE (ELETIVA)
04- ATENDIMENTO DE URGÊNCIA EMERGENCIA COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE
05- VACINAÇÃO DE ROTINA
06- VACINAÇÃO DE BIÓTIPO (SURTOS OU SITUAÇÕES PARTICULARES)
07- VACINAÇÃO DE CAMPANHA
08- PRIMEIRA CONSULTA ANUAL COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE
09- CONSULTA SUBSEQUENTE COM REFERÊNCIA PARA OUTRA UNIDADE

Medicação
ENCAMINHAMENTO
01- PRESCRITAÇÃO ☐ IDENTIFICAÇÃO INTERIO
02- APLICADA ☐ OUTRO HOSPITAL ☐ OUTROS ☐

Serviços Realizados:
CÓDIGO PROCEDIMENTO CBO ☐ IDADE ☐

Recepção:
Recepção: GRM 2362
ASS. DO(S) PROFISSIONAL(ES) ASSISTENTE(S) - CAPIM(S) GRM 2362
ASS. DO PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL Bruna
ASS. DO REVISOR TÉCNICO - CARIMBO Bruna
ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - CARIMBO

Exames Realizados na Unidade: TIPOS
Exames realizados: T. e C. em urina - Urina
Uso de antibiótico, Rx de C. em urina - Urina
Exames realizados: T. e C. em urina - Urina
Exames realizados: T. e C. em urina - Urina

Resultados:
1. Exames realizados: T. e C. em urina - Urina
2. Exames realizados: T. e C. em urina - Urina
3. Exames realizados: T. e C. em urina - Urina
4. Exames realizados: T. e C. em urina - Urina
5. Exames realizados: T. e C. em urina - Urina

Diagnóstico / CID
Exames realizados: T. e C. em urina - Urina

3108116
SRL- 500ml Ileva 300mg Lit + T.C.
Pravastatina 40mg + Ax + T.C.
Diflunisal 750mg
Outra prescrição até 200ml
em 10 dias

CPF: 26.989.896-04

Miguel Luiz Pereira Vitorino
FARMACIA VITORINO
CNPJ: 08.372.714

- 1- Difenidramina 0,2 AMP + AD (EU)
- 2- Dexametasona 0,1 AMP + AD (EU)
- 3- Tetraciclina 0,1 AMP + AD (EU) (SUSPENSO)
- 4- CETOPROFENO 0,1 AMP + 100ml SF 0,9% (EU)
- 5- Tramadol 100mg + 100ml SF 0,9% (EU) LEND
- 7- Bromoprida 0,1 AMP + AD (EU), SE VÔMITOS

24.08.16

Assinado eletronicamente por:
IGOR FELIPE PEREIRA DOS SANTOS
CPF: 26.989.896-04



Secretaria do Estado da Paraíba
Hospital Regional de Sousa

ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que Alinne Ca-
la Nunes de Freitas

necessita de 15 (quinze) dias

de afastamento do trabalho, ou atividades escolares, a partir


de 23 / 08 / 16 por motivo de doença.

CID Nº S-40.9; S-20.7; S. 30.1,
S. 70.1.

Unidade de Saúde

Sousa 23/08/16

Local e Data


Médico - CRM 2362
CPF: 246.989.896-0

Rua José Facundo de Lira, s/n - CEP: 58802-160
Fones: 3522.2774 / 3522.2776 - Sousa-PB.

Art: Danyen Rodrigues





INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR - IASS
Fisioterapia

DECLARAÇÃO

Declaramos os devidos fins que

de Freitas.

Aline Carla Nunes

matrícula nº

Encontra-se em tratamento fisioterapêutico, de acordo com o diagnóstico de

punho lateral + lesões ligamentares e musculares
de cotovelo
para recuperação funcional do(a)
coluna e MJE

no período de 02-04-2018 a 02-05-2018

Paciente crônico sem período de alta.
apresenta lesões musculares do cotovelo com alteração
de repórter.

João Pessoa, 18 de 04 de 2018

Realiza fisioterapia: termoterapia, eletroterapia
e massoterapia.

2-4-6 de tratamento

Dr. Eurozides Guimarães Sobral
CRÉDITO 1514 F. FISIOTERAPÊUTA
CENTRO DE REABILITAÇÃO IASS

Carimbo e Assinatura do Profissional



INSTITUTO DE ASSISTENCIA A SAUDE DO SERVIDOR – IASS

FISIOTERAPIA

DECLARAÇÃO

Declaramos os devidos fins que, Aline Carla
Muniz de Freitas matricula
nº, encontra-se em tratamento fisioterapêutico, de acordo com o
diagnóstico de cerivicalgia
para recuperação funcional
do(a) coluna
no período
de 03-03-2018 a 31-03-2018

Realiza tratamento fisioterapêutico nos dias:
2, 4 e 6 - terça-feira manhã.
João Pessoa, 28 de 03 de 2018

Dr. Eurozilys Guimarães Sobral
FISIOTERAPÊUTA
CRM 10.000/10000

Carimbo e Assinatura do Profissional





INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR - IASS
Fisioterapia

DECLARAÇÃO

Declaramos os devidos fins que Aline Carla Nunes de Freitas, matrícula nº
Encontra-se em tratamento fisioterapêutico, de acordo com o diagnóstico de Pós Trauma de acidente (Coluna e MIE),
para recuperação funcional do(a) coluna lombar e extre-
Esquerda.
no período de 14-04-2017 a 17-05-2017

Aline Carla Nunes de Freitas

obs: hemiplégia +

lesão do tronco flexor lateral.

João Pessoa, 17 de 04 de 2017

Dr. Eurozil dos Anjos Sobral
CREFTO - CREFITO - CREFITO - CREFITO
CREFITO - CREFITO - CREFITO - CREFITO
CREFITO - CREFITO - CREFITO - CREFITO

Carimbo e Assinatura do Profissional





INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR – IASS
Fisioterapia

DECLARAÇÃO

Declaramos os devidos fins que

de Freitas

Alina Carla Nunes

, matrícula nº

Encontra-se em tratamento fisioterapêutico, de acordo com o diagnóstico de

lombalgia

para recuperação funcional do(a)

coluna lombar

no período de

01-02-2018

28-02-2018

Realize no período de março, 24-4-62 forma

João Pessoa, 21 de fevereiro de 2018

Dr. *[Assinatura]*

Carimbo e Assinatura do Profissional






INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR – IASS
Fisioterapia

DECLARAÇÃO

Declaramos os devidos fins que ALINE CARLA NUNES
DE FREITAS, matrícula nº 175.374-6,
Encontra-se em tratamento fisioterapêutico, de acordo com o diagnóstico de LESÃO QUADRIL LADO DEXTRO (REGIÃO TUMOR E COXA),
para recuperação funcional do(a) QUADRIL, NO HORMÔNIO DA
MUSCULA

no período de 18/01/17 a 18/02/17.

João Pessoa, 18 de Janeiro de 2017


Carimbo e Assinatura do Profissional
Dr. Antônio Feres de Sá
Fisioterapeuta
Código de Registro: 175.374-6





INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR - IASS
Fisioterapia

DECLARAÇÃO

Declaramos os devidos fins que Aline Costa Nunes
de Freitas, matrícula nº

Encontra-se em tratamento fisioterapêutico, de acordo com o diagnóstico de

Lombociatalgia

para recuperação funcional do(a) coluna

no período de 27-12-2017 a 27-01-2018

obs: Paciente realiza tratamento fisioterapêutico desde janeiro de 2017.
João Pessoa, 27 de dezembro de 2017
Durante o período de manhã 3x por ~~dia~~ semana

Dr. Eurozides Guimarães Sobral

CREFTO - 08812 - FISIOTERAPÊUTA
CENTRO DE REABILITAÇÃO IPFP

Carimbo e Assinatura do Profissional





POLICLÍNICA EMMA
ESPECIALIDADE MÉDICAS EM MANGABEIRA

Aline Carla Nunes

IX USO INTERNO

① Mioplex A _____
olp ⑤ 12/12/16 por OS de

② Duoflan _____
olomp ⑤ 1x

USO EXTERNO
③ Flexiure _____ 01/16
Aplicar no local indicado 3x/16

➤ RAIO X
➤ MAMOGRAFIA
➤ DENSITOMETRIA OSSEA
➤ ENDOSCOPIA
➤ E.C.G.
➤ ECOCARDIOGRAMA
➤ PEQUENAS CIRURGIAS
➤ ULTRASSOM

* paciente terá direito a um retorno no período de 15 dias a partir da data da consulta.

25/01/17

Dr. Tammir Gomes de Sá
MÉDICO
CRM-PB 5101

Rua Elias Pereira de Araújo, 457 - Mangabeira - Fone: (83) 3023-8333 - João Pessoa - PB - CEP: 58056-010

Scanned with CamScanner



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITACAO
CARTILHA NACIONAL DE HABITACAO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1643316795

NOBRE
ALINE CARLA NUNES DE FREITAS

DOC. IDENTIDADE / CDD. EMISSOR UF
3392279 SSP PB

CPF
078.860.564-00 DATA NASCIMENTO
15/08/1988

FILIAÇÃO
JOAO LUIZ DE FREITAS
FILHO
MONICA REJANE NUNES DA
SILVA

PERMISSÃO ACC. CATHAS
AB

Nº REGISTRO
04192365084 VALIDADE
03/05/2023 1ª HABITAÇÃO
24/09/2007

OBSERVAÇÕES

Assina Aline Nunes de Freitas
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
JOAO PESSOA, PB DATA (ASSIN.)
04/05/2018

ASSINATURA DO EMISSOR
45723640894
PB036801313

PROIBIDO PLASTIFICAR
1643316795

PARAÍBA

Scanned with CamScanner



DECLARAÇÃO DE ESTADO DE POBREZA PARA FINS JUDICIAIS

Almeida Carla Nunes, Brasileira, solteira,
sem promessas de casamento, com RG nº 3392279 e CPF nº 078.860.364-00, residente à Rua: Jack
Son de Pandeiro, 61, apt. 203, cidade
dos Edifícios, CEP: 58073-196, João Pessoa/PB.

declara, sob as penas da lei, que não possui recursos suficientes para custear
qualquer demanda, sem prejuízo do sustento próprio e da família, pelo que,
nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950, faz jus aos benefícios
da gratuidade da Justiça.

João Pessoa, 23 de agosto de 2019.

Almeida Carla Nunes de Freitas
DECLARANTE



PROCURAÇÃO "AD-JUDÍCIA"

OUTORGANTE

Elaine Carla Nunes, brasileira, casada, portadora de carteira de identidade nº 33.922.79 e CPF nº 078.160.364-00, residente e domiciliada em Rua José Pessoa, nº 102, João Pessoa-PB.

OUTORGADO(S)

IGOR FELIPE PEREIRA DOS SANTOS brasileiro, solteiro, OAB/PB 17.268, com escritório profissional, instalado à Av. João Machado, 964, Empresarial Eudo Jansen, Sala 102, João Pessoa-PB.

PODERES

A quem confero(m) amplos e ilimitados poderes, para o foro em geral, com a CLÁUSULA "AD-JUDÍCIA" a fim de que agindo em conjunto ou separadamente, possam defender os interesses e direitos do(s) outorgante(s) perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que o(s) outorgante(s) seja(m) autor(es) ou reclamante(s), e defendendo-o(s) quando for(em) réu(s), interessado(s) ou requerido(s), podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, receber e dar quitação, confessar, requerer inventário ou arrolamento, firmar compromissos, prestar declarações, receber citação, bem como substabelecer a presente, com ou sem reservas de poderes, se assim lhe(s) convier, e praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso.

João Pessoa, 23 de agosto de 2019.

Elaine Carla Nunes de Freitas

OUTORGANTE





nova

diagnóstico por imagem

NOME: ALINE CARLA NUNES DE FREITAS
DATA DE NASCIMENTO: 15/08/1988
MÉDICO SOLICITANTE: DR(A). LUCIA DE FATIMA MORORO NORONHA
CONVÊNIO: IPEP **DATA:** 24/11/2016

RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DA COXA ESQUERDA

TÉCNICA:

Exame realizado pelas técnicas SPIN-ECO (SE) e TURBO SPIN-ECO (TSE), com imagens ponderadas em T1 e T2 com supressão de gordura, em aquisições multiplanares.

COMENTÁRIOS:

Fêmur com morfologia e intensidade sinal normais.

Feixes vasculo-nervosos preservados.

Estruturas musculares e tendíneas com aspecto anatômico e sinal RM dentro dos limites da normalidade.

Extenso edema no plano subcutâneo lateral da coxa.

Coleção de contorno irregular, localizada no plano subcutâneo profundo da porção lateral do terço distal da coxa, margeando posteriormente o trato ilio-tibial, com solução de continuidade na fáscia lata adjacente, medindo cerca de 5,7 x 2,2 x 1,7 cm, apresentando sinal hipointenso em T1 e hiperintenso em T2.

Achado adicional de traços de fratura nos ramos isquiopúbico e iliopúbico esquerdos, com edema na medular óssea adjacente.

CONCLUSÃO:

Extenso edema no plano subcutâneo lateral da coxa. *X*

Coleção de contorno irregular no plano subcutâneo lateral da porção distal da coxa, margeando posteriormente o trato ilio-tibial, com solução de continuidade na fáscia lata, podendo corresponder a seroma ou hematoma crônico em retração.

Achado adicional de traços de fratura nos ramos isquiopúbico e iliopúbico esquerdos, que podem ser melhor avaliados, através de exame específico da bacia / quadril.

**Obrigado por referir este paciente.*

Dr. Marcelo Augusto Ferrer Nogueira
CRM 5195



LAUDO MÉDICO

Paciente, Aline Carla Nunes de
Fruita, 28 anos, relata de acidente automobilístico
há 5 meses, desde então evolui com
quadro de dor, edema e limitação funcional
da membro inferior esquerdo (coxa). A mesma
apresenta resultado de RNM da coxa, tal tem
como resultado presença de extenso edema
no plano subcutâneo lateral da coxa; coleção de
contorno irregular, sugestiva de coleção ou
hematoma crônico/em retração. Além de lesão
sugestiva de fratura do osso púbis.
Desde quadro clínico, apresenta
limitação para realização das atividades físicas.

- RAIO X
- MAMOGRAFIA
- DENSITOMETRIA ÓSSEA
- ENDOSCOPIA
- E.C.G.
- ECOCARDIOGRAMA
- PEQUENAS CIRURGIAS
- ULTRASSOM

CID. R22, M51.

* paciente terá direito a um retorno no período de 15 dias a partir da data da consulta.

25/01/2017

Dr. Tâmara Gomes de Moraes
MÉDICO
CRM-PB 8104

Rua Elias Pereira de Araújo, 457 - Mangabeira - Fone: (83) 3023-8333 - João Pessoa - PB - CEP: 58056-010



Receituário de Controle Especial

Unidade de Saúde
HMDJMP - Hospital Metropolitano Dom Jose Maria Pires - ROD. GOV. MÁRIO COVAS, 1782, SANTA RITA - PB, BRASIL

Paciente
ALINE CARLA NUNES DE FREITAS

Nº Cartão do SUS
702306112541511

BE
21390

Endereço do Paciente
Rua PEDRA DO SINO, S/N, QUEIMADAS-BA-58475000

USO ORAL

GABAPENTINA 300MG ————— 120CPS
1CP DE 12/12H

AMITRIPTILINA 25MG ————— 60CPS
1CP A NOITE

PREDSIM 5MG ————— 60CPS
1CP PELA MANHA

17/05/2019
Data

Dr. ALFREDO DANIEL DE SOUSA NETO
11230/PB

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR
Nome completo:

Identidade:

Org. Emissor:

Endereço:

Cidade:

Telefone:

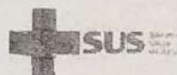
UF:

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

Ass. Farmacêutico

Data



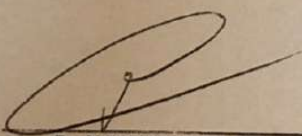


Receituário de Controle Especial

Unidade de Saúde HMDJMP - Hospital Metropolitano Dom Jose Maria Pires - ROD. GOV. MÁRIO COVAS, 1782, SANTA RITA - PB, BRASIL		
Paciente ALINE CARLA NUNES DE FREITAS	Nº Cartão do SUS 702306112541511	BE 21390
Endereço do Paciente Rua PEDRA DO SINO, S/N, QUEIMADAS-BA-58475000		

TYLEX 30MG _____ 1CX
1CP DE 8/8HORAS, SE DOR REFRATÁRIA

17/05/2019
Data


Dr. ALFREDO DANIEL DE SOUSA NETO
11230/PB

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR	
Nome completo:	
Identidade:	
Org. Emissor:	
Endereço:	
Cidade:	UF:
Telefone:	

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR	
Ass. Farmacêutico	Data



Receituário de Controle Especial

Unidade de Saúde
HMDJMP - Hospital Metropolitano Dom Jose Maria Pires - ROD. GOV. MÁRIO COVAS, 1782, SANTA RITA - PB, BRASIL

Paciente
ALINE CARLA NUNES DE FREITAS

Nº Cartão do SUS

BE
27083

Endereço do Paciente
Rua PEDRA DO SINO, SN, QUEIMADAS-BA-58475000

USO ORAL

1-AMITRIPTILINA 25MG
2-CICLOBENZAPRINA 10MG
3-PREDNISOLONA 5MG 60CPS (MANIPULADO)
4-VITAMINA B12 10MCG

TOMAR A 1CP A NOITE

26/07/2019
Data

Dr. ALFREDO DANIEL DE SOUSA NETO
11230/PB

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome completo:

Identidade:

Org. Emissor:

Endereço:

Cidade:

Telefone:

UF:

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

Ass. Farmacêutico

Data





CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA
Nº 10667.01.2016.1.02.009

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 10667.01.2016.1.02.009, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: Ao(s) 05 dias do mês de Setembro de 2016, nesta cidade de João Pessoa, 9ª Delegacia Distrital Da Capital, presente o(a) Delegado(a) de Polícia Civil Policial, **MANOEL IDALINO MARTINS**, comigo, **DELCE REIS DE ALMEIDA**, Escrivão De Polícia, às 10:04 horas, compareceu **ALINE CARLA NUNES**, nacionalidade BRASILEIRA, profissão **PROMOTORA DE VENDAS**, naturalidade [NÃO INFORMADO], data de nascimento 15 de Agosto de 1988, idade 28, filiação **MONICA REJANE NUNES DA SILVA** e **JOÃO LUIZ DE FREITAS FILHO**, Documento - CPF: 078.860.564-00, residente **RUA DES.AURELIO N.ALBQUERQUE**, 248, **BANCÁRIOS**, na cidade de João Pessoa/PB, telefone (83) 98787-5669

DADO(S) DO(S) FATO(S)

Ocorrência 1:

Data/Hora do Fato: 23/08/16 17:00

Tipo do Local: OUTROS

Local do Fato: [NÃO INFORMADO], Centro, São José da Lagoa Tapada - PB

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE A NOTICIANTE É FUNCIONARIA DA EMPRESA FLORALI DO BRASIL LOCALIZADA NO ESTADO DE SÃO PAULO, ONDE EXERCE A FUNÇÃO DE PROMOTORA DE VENDAS DESDE 2015 QUE SUAS ATIVIDADES GERA EXTERNAMENTE, SEMPRE CONDUZINDO VEÍCULOS DA EMPRESA, QUE NO DIA DO FATO ESTAVA A SERVIÇOS, SAINDO DE LAGOA TAPADA PARA A CIDADE DE CAJAZEIRAS QUANDO NO CRUZAMENTO DE SÃO GONÇALO COLIDIU COM O VEÍCULO, QUE, NO MOMENTO PELAS LESÕES QUE SOFREU FOI SOCORRIDA PARA O HOSPITAL REGIONAL DE SOUSA PELO SAMU LOCAL, QUANDO NO DIA SEGUINTE TOMOU CONHECIMENTO QUE A EMPRESA TERIA IDO AO LOCAL DO ACIDENTE ONDE PEGOU TODOS OS DADOS DO VEÍCULO CAUSADO, UMA VEZ QUE O SEGURO SERÁ ACIONADO PARA PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS. QUE, AFIRMA QUE NO DIA DO FATO ESTAVA A TRABALHO PELA REFERIDA EMPRESA BEM COMO DIRIGINDO TAMBÉM O VEÍCULO DA MESMA. OEY-4544-PB-CELTA 2012 DE RESPONSABILIDADE DA MULTIMIX.



Secretaria da
Segurança e da Defesa Social
Delegacia Geral de Polícia Civil
1ª Superintendência Regional De Polícia Civil
2ª Delegacia Seccional De Polícia Civil
9ª Delegacia Distrital Da Capital



GOVERNO
DA PARAÍBA



Nada mais havendo a declarar, foi cientificado o declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa (PB) 05 de Setembro de 2016

Alina Carla Nunes de Freitas

ALINE CARLA NUNES

Noticiante



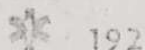
DELCE REIS DE ALMEIDA

Escrivão De Polícia

Procedimento: 10667.01.2016.1.02.009

Scanned with CamScanner





Secretaria Municipal de Saúde
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192

Sousa, 24 de Agosto 2016

Ao Sr.(a)

Em resposta a vossa solicitação recebida em 24 de Agosto de 2016 passa a informar o que segue:

Nº da ocorrência: 0026

Vitima : Aline Carla Nunes de Freitas

Sexo: feminino

Data: 23/08/16

Local da Ocorrência: BR 230

Médico Intervencionista: Dra: Maria Helena

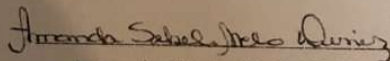
Viatura: USA01

Condutor: Fernando

Téc. Enfermagem: Gisely

Enfermeiro Rivanaldo

Natureza da Ocorrência: USA01 Paciente vitima de colisão carro x carro. Ao local paciente dentro do veículo , desorientada ,referindo dor abdominal . Imobilizado em prancha rígida e membros, colar cervical mais AVP e encaminhado a HRS, sob-regulação medica para avaliação.


Amanda Sibebe Melo Diniz
Coordenadora Administrativa


Amanda Sibebe Melo Diniz
Coordenadora Administrativa





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83492688
Comunicação: C2043701
*** STATUS DA OCORRÊNCIA:** Encerrada

DADOS GERAIS DA OCORRÊNCIA

PRF: 1535060 - CLAUDENOR PINHO DE SA FILHO **Data/Hora do Acidente (hora local):** 23/08/2016 18:00 **BR:** 230 **KM:** 464,0
Município/UF: SOUSA/PB **Tipo de Acidente:** Colisão Transversal **Sentido da Via:** Decrescente
Fase do dia: Anoitecer **Condições da Pista:** Seca **Restrições de Visibilidade:** Inexistente
Sinalização existente: Vertical, Horizontal **Sinalização luminosa:** Inexistente **Condição meteorológica:** Céu Claro
Houve danos ao patrimônio da União? Não **Data e horário da solicitação:**
Houve solicitação de perícia? Não **Data e horário do**
A perícia compareceu ao local do sinistro? Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO:

Houve danos ao patrimônio de terceiros? Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DE TERCEIROS:

Houve danos ao ambiente? Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO AMBIENTE:

CONDIÇÃO DA RODOVIA

Uso do Solo: Rural **Tipo de Localidade:** Não edificada
Existe acostamento? Sim **Estado de Conservação:** Bom **Há desnível?** Não **É pavimentado?** Sim **Largura (m):** 2
Possui defesa? Não existe **Possui meio-fio?** Conservada(o) **Possui sarjeta?** Não existe
Existe canteiro central? Não **Estado de Conservação:** **Largura (m):** 0 **Tipo de inclinação:**
Obstáculo ao Cruzamento: Não Informado **Estado de Conservação do Obstáculo:**
Faixa de Domínio - Estado de Conservação: Bom **Ocupação:** Via Lateral
Cerca: Conservada **Pista de Rolamento - Estado de Conservação:** Bom **Tipo:** Simples **Qtd. de Faixas:** 2
Tipo de Pavimento: Asfalto **Perfil:** Em ní-vel **Traçado:** Cruzamento **Curva Vertical:** Não Existe **Superelevação:** Não
Superlargura: Não **Largura da Pista (m):** 7 **Estreitamento:** Não Existe

TEXTO DESCRITIVO DA CONDIÇÃO DA RODOVIA:

Contorno de São Gonçalo

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 21/09/2016 10:12:49
NÚMERO DE CONTROLE: 714e7723358b319e

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 1 de 9

Scanned with CamScanner





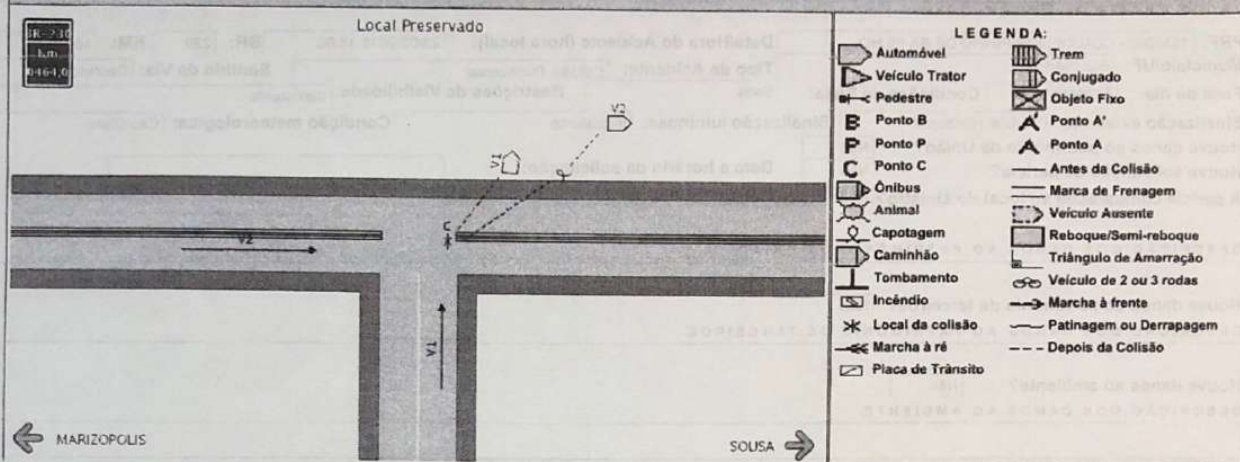
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83492688

Comunicação: C2043701

*** STATUS DA OCORRÊNCIA:** Encerrada

CROQUI



Latitude do Ponto C: _____ Longitude do Ponto C: _____
Referência do Ponto A/A': _____ Referência do Ponto B: _____
Distância AB (m): _____ Distância AC (m): _____ Distância BC (m): _____

VEÍCULO	P1	DISTÂNCIA P1-A (m)	DISTÂNCIA P1-B (m)	P2	DISTÂNCIA P2-A (m)	DISTÂNCIA P2-B (m)

Narrativa da Ocorrência:

Conforme averiguações realizadas no local, V1, CELTA de cor vermelha, de placas OEY4544/PB, adentrava na Br 230, km 464, quando o V2, TOYOTA HILUX de cor preta, de placas MNJ9449/PB, que seguia no sentido decrescente, colidiu transversalmente, vindo a capotar em seguida.

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 21/09/2016 10:12:49
NÚMERO DE CONTROLE: 714e7723358b319e

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 2 de 9

Scanned with CamScanner



Assinado eletronicamente por: IGOR FELIPE PEREIRA DOS SANTOS - 23/08/2019 19:03:22
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19082319031997000000023059261>
Número do documento: 19082319031997000000023059261

Num. 23799533 - Pág. 5



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83492688
Comunicação: C2043701
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

DADOS GERAIS DA OCORRÊNCIA

PRF: 1535060 - CLAUDENOR PINHO DE SA FILHO Data/Hora do Acidente (hora local): 23/08/2016 18:00 BR: 230 KM: 464,0
Município/UF: SOUSA/PB Tipo de Acidente: Colisão Transversal Sentido da Via: Decrescente
Fase do dia: Anoitecer Condições da Pista: Seca Restrições de Visibilidade: Inexistente
Sinalização existente: Vertical, Horizontal Sinalização luminosa: Inexistente Condição meteorológica: Céu Claro
Houve danos ao patrimônio da União? Não Data e horário da solicitação:
Houve solicitação de perícia? Não Data e horário do
A perícia compareceu ao local do sinistro? Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO:

Houve danos ao patrimônio de terceiros? Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO DE TERCEIROS:

Houve danos ao ambiente? Não

DESCRIÇÃO DOS DANOS AO AMBIENTE:

CONDIÇÃO DA RODOVIA

Uso do Solo: Rural Tipo de Localidade: Não edificada
Existe acostamento? Sim Estado de Conservação: Bom Há desnível? Não É pavimentado? Sim Largura (m): 2
Possui defesa? Não existe Possui meio-fio? Conservada(o) Possui sarjeta? Não existe
Existe canteiro central? Não Estado de Conservação: Largura (m): 0 Tipo de Inclinação:
Obstáculo ao Cruzamento: Não Informado Estado de Conservação do Obstáculo:
Faixa de Domínio - Estado de Conservação: Bom Ocupação: Via Lateral
Cerca: Conservada Pista de Rolamento - Estado de Conservação: Bom Tipo: Simples Qtd. de Faixas: 2
Tipo de Pavimento: Asfalto Perfil: Em nível Traçado: Cruzamento Curva Vertical: Não Existe Superelevação: Não
Superlargura: Não Largura da Pista (m): 7 Estreitamento: Não Existe

TEXTO DESCRITIVO DA CONDIÇÃO DA RODOVIA:

Contorno de São Gonçalo

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 21/09/2016 10:12:49
NÚMERO DE CONTROLE: 714e7723358b319e

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 1 de 9

Scanned with CamScanner





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83492688
Comunicação: C2043701
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

RELATÓRIO DE AVARIAS PARA CLASSIFICAÇÃO DO DANO EM AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS, CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

Veículo: V2 / ITOYOTA HILUX 2CDL SRV Placa: MNJ-9449
Nome do Agente/Assinatura: CLAUDENOR PINHO DE SA FILHO Nº BOAT: 83492688
Registro/Matricula do Agente: 1535060 Data: 23/08/2016 18:00

Item	Descrição do componente	Valor	SIM	Não	NA	Item	Descrição do componente	Valor	SIM	Não	NA
1	Teto	1		X		26	Longarina traseira esquerda	3		X	
2	Capô	1	X			27	Caixa de Roda traseira esquerda	3		X	
3	Painel corta fogo	3		X		28	Assoalho porta-malas / Assoalho	1		X	
4	Painel dianteiro	1		X		29	Caixa de rodas traseira direita	3		X	
5	Quadro / Suporte do motor	2		X		30	Longarina traseira direita	3		X	
6	Longarina Completa / Caixa de roda esq.	3		X		31	Chassi porção traseira (veículos carga)	3		X	
7	Longarina Parcial / Avental esquerdo	1		X		32	Suspensão traseira direita	2		X	
8	Chassi porção dianteira (veículos carga)	3		X		33	Lateral traseira direita	1		X	
9	Pára-lama dianteiro esquerdo	1	X			34	Coluna traseira externa direita	1	X		
10	Suspensão dianteira esquerda	2		X		35	Coluna traseira externa e estrutura direita	3		X	
11	Coluna dianteira externa esquerda	1		X		36	Porta traseira direita	1	X		
12	Coluna dianteira externa e estrutura esq.	3		X		37	Coluna central externa direita	1	X		
13	Porta dianteira esquerda	1		X		38	Coluna central externa e estrutura direita	3		X	
14	Soleira externa esquerda	1		X		39	Soleira externa direita	1	X		
15	Soleira externa e estrutura esquerda	3		X		40	Soleira externa e estrutura direita	3		X	
16	Assoalho central esquerdo	3		X		41	Assoalho central direito	3		X	
17	Coluna central externa esquerda	1		X		42	Porta dianteira direita	1	X		
18	Coluna central externa e estrutura esq.	3		X		43	Coluna dianteira externa direita	1	X		
19	Porta traseira esquerda	1		X		44	Coluna dianteira externa e estrutura direita	3		X	
20	Coluna traseira externa esquerda	1		X		45	Pára-lama dianteiro direito	1	X		
21	Coluna traseira externa e estrutura esq.	3		X		46	Suspensão dianteira direita	2		X	
22	Lateral traseira esquerda	1		X		47	Longarina completa / Caixa de roda dir.	3		X	
23	Suspensão traseira esquerda	2		X		48	Longarina parcial / Avental direito	1		X	
24	Tampa traseira	1		X		Soma de todos os pontos assinalados na coluna "SIM":					9
25	Painel Traseiro / divisor	1		X		Soma de todos os pontos assinalados na coluna "NA":					0
Total de pontos "SIM" + "NA":										9	

ITENS NÃO PONTUÁVEIS

Item	Descrição do componente	SIM	NAO	Item	Descrição do componente	SIM	NAO
49	Air Bag Motorista		X	55	Faróis		X
50	Air Bag Passageiro		X	56	Lanternas (dianteiras, laterais, e/ou traseiras)		X
51	Air Bag Lateral		X	57	Retrovisores externos (direito e/ou esquerdo)		X
52	Local gravação VIN		X	58	Pára-choques (dianteiro e/ou traseiro)		X
53	Pára-brisa		X	59	Rodas/pneus		X
54	Vidros laterais e/ou traseiros		X				

CLASSIFICAÇÃO DO DANO DO VEÍCULO

Assinale abaixo o campo que corresponde ao dano do veículo

- ☒ Dano de Pequena Monta: até 20 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados na colunas "SIM" e "NA".
☐ Dano de Média Monta: de 21 a 30 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados na colunas "SIM" e "NA".
☐ Dano de Grande Monta: acima de 30 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados na colunas "SIM" e "NA".

Observações:

Quando o componente estiver danificado, assinalar com um X a coluna SIM

Quando o componente não estiver danificado, ou não existir originalmente, assinalar com um X a coluna NÃO

Caso não tenha sido possível avaliar se o componente foi ou não danificado no acidente, assinalar com um X a coluna NA.

SIM = Item danificado no acidente

NÃO = Item não danificado ou não existente

NA = Item que não foi possível avaliar o dano (Não Avaliado)

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 21/09/2016 10:12:49
NÚMERO DE CONTROLE: 714e7723358b319e

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 5 de 9

Scanned with CamScanner





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83492688
Comunicação: C2043701
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

RELATÓRIO DE AVARIAS PARA CLASSIFICAÇÃO DO DANO EM AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS, CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

Veículo: V1 / CHEVROLET/CELTA 1.0L LT Placa: OEY-4544
Nome do Agente/Assinatura: CLAUDENOR PINHO DE SA FILHO N° BOAT: 83492688
Registro/Matricula do Agente: 1535060 Data: 23/08/2016 18:00

Item	Descrição do componente	Valor	Sim	Não	NA	Item	Descrição do componente	Valor	Sim	Não	NA
1	Teto	1	X			26	Longarina traseira esquerda	3		X	
2	Capô	1	X			27	Caixa de Roda traseira esquerda	3		X	
3	Painel corta fogo	3		X		28	Assoalho porta-malas / Assoalho	1		X	
4	Painel dianteiro	1		X		29	Caixa de rodas traseira direita	3		X	
5	Quadro / Suporte do motor	2		X		30	Longarina traseira direita	3		X	
6	Longarina Completa / Caixa de roda esq.	3		X		31	Chassi porção traseira (veículos carga)	3		X	
7	Longarina Parcial / Avental esquerdo	1		X		32	Suspensão traseira direita	2		X	
8	Chassi porção dianteira (veículos carga)	3		X		33	Lateral traseira direita	1		X	
9	Pára-lama dianteiro esquerdo	1	X			34	Coluna traseira externa direita	1		X	
10	Suspensão dianteira esquerda	2		X		35	Coluna traseira externa e estrutura direita	3		X	
11	Coluna dianteira externa esquerda	1	X			36	Porta traseira direita	1		X	
12	Coluna dianteira externa e estrutura esq.	3	X			37	Coluna central externa direita	1		X	
13	Porta dianteira esquerda	1	X			38	Coluna central externa e estrutura direita	3		X	
14	Soleira externa esquerda	1	X			39	Soleira externa direita	1		X	
15	Soleira externa e estrutura esquerda	3	X			40	Soleira externa e estrutura direita	3		X	
16	Assoalho central esquerdo	3	X			41	Assoalho central direito	3		X	
17	Coluna central externa esquerda	1	X			42	Porta dianteira direita	1		X	
18	Coluna central externa e estrutura esq.	3	X			43	Coluna dianteira externa direita	1		X	
19	Porta traseira esquerda	1	X			44	Coluna dianteira externa e estrutura direita	3		X	
20	Coluna traseira externa esquerda	1		X		45	Pára-lama dianteiro direito	1	X		
21	Coluna traseira externa e estrutura esq.	3		X		46	Suspensão dianteira direita	2		X	
22	Lateral traseira esquerda	1		X		47	Longarina completa / Caixa de roda dir.	3		X	
23	Suspensão traseira esquerda	2		X		48	Longarina parcial / Avental direito	1		X	
24	Tampa traseira	1		X							
25	Painel Traseiro / divisor	1		X							
Soma de todos os pontos assinalados na coluna "SIM":								21			
Soma de todos os pontos assinalados na coluna "NA":								0			
Total de pontos "SIM" + "NA":								21			

ITENS NÃO PONTUÁVEIS

Item	Descrição do componente	SIM	NÃO	Item	Descrição do componente	SIM	NÃO
49	Air Bag Motorista		X	55	Faróis		X
50	Air Bag Passageiro		X	56	Lanternas (dianteiras, laterais, e/ou traseiras)		X
51	Air Bag Lateral		X	57	Retrovisores externos (direito e/ou esquerdo)		X
52	Local gravação VIN		X	58	Pára-choques (dianteiro e/ou traseiro)		X
53	Pára-brisa		X	59	Rodas/pneus		X
54	Vidros laterais e/ou traseiros		X				

CLASSIFICAÇÃO DO DANO DO VEÍCULO

Assinale abaixo o campo que corresponde ao dano do veículo

- ☐ Dano de Pequena Monta: até 20 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados na colunas "SIM" e "NA".
☒ Dano de Média Monta: de 21 a 30 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados na colunas "SIM" e "NA".
☐ Dano de Grande Monta: acima de 30 pontos, somando os pontos de todos os itens assinalados na colunas "SIM" e "NA".

Observações:

Quando o componente estiver danificado, assinalar com um X a coluna SIM
Quando o componente não estiver danificado, ou não existir originalmente, assinalar com um X a coluna NÃO
Caso não tenha sido possível avaliar se o componente foi ou não danificado no acidente, assinalar com um X a coluna NA.

SIM = Item danificado no acidente

NÃO = Item não danificado ou não existente

NA = Item que não foi possível avaliar o dano (Não Avaliado)

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 21/09/2016 10:12:49
NÚMERO DE CONTROLE: 714e7723358b319e

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 6 de 9

Scanned with CamScanner





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83492688

Comunicação: C2043701

*** STATUS DA OCORRÊNCIA:** Encerrada

VEÍCULOS ENVOLVIDOS

Placa: OEY-4544 Sequencial: V1 Descrição: Celta Chassi: 9BGRP48F0CG372519 Renavam: 00465460720
Marca/Modelo: CHEVROLET/CELTA 1.0L LT Cor: VERMELHA Ano: 2012 Tipo: Automóvel Emplacamento: JOAO PESSOA/PB
Ocupantes: 1 Espécie: Passageiro Categoria: Particular
Proprietário: MARIA DA GUIA TAVARES ALVES CPF/CNPJ: 884.354.234-68
Endereço: CEP: -
Município/UF: Telefones: Celular:

COMBINAÇÃO DE VEÍCULO DE CARGA

Placa U1: Placa U2: Placa U3: Placa U4:
Origem: SOUSA/PB - BRASIL Destino: SOUSA/PB - BRASIL

CIRCUNSTÂNCIA DO VEÍCULO

Manobra do Veículo no Acidente: Entrava na via Saída de Pista? Não Derrapagem? Não Capotagem? Não Tombamento? Não
Colisão com Objeto Fixo: Não Houve Colisão com Objeto Móvel: Outro veículo Incêndio? Não
Marcas de Frenagem (m): 0,0 Estado dos Pneus: Bom
Descrição do Recolhimento:

DADOS DA CARGA

Carregamento: Houve Derramamento de Carga? Não Extensão dos Danos: Moeda: Real-R\$
Valor Total da Carga: R\$0,00 Produto Perigoso:
Descrição da Carga:

ENCAMINHAMENTO DO VEÍCULO

Tipo de Receptor: Data/Hora da Recepção (hora local): Motivo:
Responsável pela Recepção:
Documento do Responsável:
Município/UF: Descrição do Encaminhamento:

VEÍCULOS ENVOLVIDOS

Placa: MNJ-9449 Sequencial: V2 Descrição: Hilux Chassi: 8AJ33LNL039105184 Renavam: 00795819129
Marca/Modelo: TOYOTA HILUX 2CDL SRV Cor: PRETA Ano: 2003 Tipo: Caminhonete Emplacamento: SOUSA/PB
Ocupantes: 1 Espécie: Carga Categoria: Particular
Proprietário: JOAO DA SILVA MEDEIROS CPF/CNPJ: 106.944.704-34
Endereço: CEP: -
Município/UF: Telefones: Celular:

COMBINAÇÃO DE VEÍCULO DE CARGA

Placa U1: Placa U2: Placa U3: Placa U4:
Origem: SOUSA/PB - BRASIL Destino: SOUSA/PB - BRASIL

CIRCUNSTÂNCIA DO VEÍCULO

Manobra do Veículo no Acidente: Seguiu fluxo Saída de Pista? Não Derrapagem? Não Capotagem? Não Tombamento? Não
Colisão com Objeto Fixo: Não Houve Colisão com Objeto Móvel: Outro veículo Incêndio? Não
Marcas de Frenagem (m): 0,0 Estado dos Pneus: Bom
Descrição do Recolhimento:

DADOS DA CARGA

Carregamento: Vazio Houve Derramamento de Carga? Não Extensão dos Danos: Moeda: Real-R\$
Valor Total da Carga: R\$0,00 Produto Perigoso:
Descrição da Carga:

ENCAMINHAMENTO DO VEÍCULO

Tipo de Receptor: Data/Hora da Recepção (hora local): Motivo:
Responsável pela Recepção:
Documento do Responsável:
Município/UF: Descrição do Encaminhamento:

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 21/09/2016 10:12:49
NÚMERO DE CONTROLE: 714e7723358b319e

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 3 de 9

Scanned with CamScanner



Assinado eletronicamente por: IGOR FELIPE PEREIRA DOS SANTOS - 23/08/2019 19:03:22
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19082319031997000000023059261>
Número do documento: 19082319031997000000023059261

Num. 23799533 - Pág. 9



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83492688

Comunicação: C2043701

* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

VEÍCULOS ENVOLVIDOS

Placa: OEY-4544 Sequencial: V1 Descrição: Celta Chassi: 9BGRP48F0CG372519 Renavam: 00465460720
Marca/Modelo: CHEVROLET/CELTA 1.0L LT Cor: VERMELHA Ano: 2012 Tipo: Automóvel Emplacamento: JOAO PESSOA/PB
Ocupantes: 1 Espécie: Passageiro Categoria: Particular
Proprietário: MARIA DA GUIA TAVARES ALVES CPF/CNPJ: 884.354.234-68
Endereço: CEP: -
Município/UF: Telefones: -
Celular: -

COMBINAÇÃO DE VEÍCULO DE CARGA

Placa U1: Placa U2: Placa U3: Placa U4:
Origem: SOUSA/PB - BRASIL Destino: SOUSA/PB - BRASIL

CIRCUNSTÂNCIA DO VEÍCULO

Manobra do Veículo no Acidente: Entrava na via Saída de Pista? Não Derrapagem? Não Capotagem? Não Tombamento? Não
Colisão com Objeto Fixo: Não Houve Colisão com Objeto Móvel: Outro veículo Incêndio? Não
Marcas de Frenagem (m): 0,0 Estado dos Pneus: Bom

Descrição do Recolhimento:

DADOS DA CARGA

Carregamento: Houve Derramamento de Carga? Não Extensão dos Danos: Moeda: Real-R\$
Valor Total da Carga: R\$0,00 Produto Perigoso:
Descrição da Carga:

ENCAMINHAMENTO DO VEÍCULO

Tipo de Receptor: Data/Hora da Recepção (hora local): Motivo:
Responsável pela Recepção:
Documento do Responsável:
Município/UF: Descrição do Encaminhamento:

VEÍCULOS ENVOLVIDOS

Placa: MNJ-9449 Sequencial: V2 Descrição: Hilux Chassi: 8AJ33LNL039105184 Renavam: 00795819129
Marca/Modelo: TOYOTA HILUX 2CDL SRV Cor: PRETA Ano: 2003 Tipo: Caminhonete Emplacamento: SOUSA/PB
Ocupantes: 1 Espécie: Carga Categoria: Particular
Proprietário: JOAO DA SILVA MEDEIROS CPF/CNPJ: 106.944.704-34
Endereço: CEP: -
Município/UF: Telefones: -
Celular: -

COMBINAÇÃO DE VEÍCULO DE CARGA

Placa U1: Placa U2: Placa U3: Placa U4:
Origem: SOUSA/PB - BRASIL Destino: SOUSA/PB - BRASIL

CIRCUNSTÂNCIA DO VEÍCULO

Manobra do Veículo no Acidente: Seguiu fluxo Saída de Pista? Não Derrapagem? Não Capotagem? Não Tombamento? Não
Colisão com Objeto Fixo: Não Houve Colisão com Objeto Móvel: Outro veículo Incêndio? Não
Marcas de Frenagem (m): 0,0 Estado dos Pneus: Bom

Descrição do Recolhimento:

DADOS DA CARGA

Carregamento: Vazio Houve Derramamento de Carga? Não Extensão dos Danos: Moeda: Real-R\$
Valor Total da Carga: R\$0,00 Produto Perigoso:
Descrição da Carga:

ENCAMINHAMENTO DO VEÍCULO

Tipo de Receptor: Data/Hora da Recepção (hora local): Motivo:
Responsável pela Recepção:
Documento do Responsável:
Município/UF: Descrição do Encaminhamento:

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 21/09/2016 10:12:49
NÚMERO DE CONTROLE: 714e7723358b319e

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 3 de 9

Scanned with CamScanner



Assinado eletronicamente por: IGOR FELIPE PEREIRA DOS SANTOS - 23/08/2019 19:03:27
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19082319032296000000023059262>
Número do documento: 19082319032296000000023059262

Num. 23799534 - Pág. 1



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83492688
Comunicação: C2043701
* STATUS DA OCORRÊNCIA: Encerrada

CONDUTOR ENVOLVIDO

Veículo: V1/OEY-4544 Celta
Nome/Apelido: ALINE CARLA NUNES DE FREITAS
Data de Nascimento: Sexo: Feminino Estado Civil:
Nome do Pai:
Nome da Mãe:
Endereço:
Município/UF: Telefones: Celular: CEP:
Grau de Instrução:
Naturalidade: Nacionalidade: BRASIL Ocupação Principal:
CPF: Documento de Identificação: Órgão Expedidor:
Origem: SOUSA/PB - BRASIL Destino: SOUSA/PB - BRASIL
Estado Físico: Lesões Leves Socorrido pela PRF? Não Usava Cinto? Sim Usava Capacete? Não Aplicável
Existe Declaração em Anexo? Não Havia Vestígio de Ingestão de Alcool? Não
Transcrição da Declaração:

Condutor é Habilitado? Ignorado Categoria CNH: Registro CNH: Primeira Habilitação:
Validade CNH: País CNH: Dormia? Não Km Percorridos: Horas Dirigindo: Ignorado
Pertences:
Informações Complementares:

ENCAMINHAMENTO DO CONDUTOR

Tipo de Receptor: Responsável pela Recepção:
Documento do Responsável: Data/Hora da Recepção (hora local):
Município/UF: Motivo:
Descrição do

CONDUTOR ENVOLVIDO

Veículo: V2/MNJ-9449 Hilux
Nome/Apelido: JOAO DA SILVA MEDEIROS
Data de Nascimento: 28/02/1956 Sexo: Masculino Estado Civil: Casado
Nome do Pai: APOLONIO FERNANDES DE MEDEIROS
Nome da Mãe: TEREZINHA FERNANDES DA SILVA
Endereço: RUA TUNEL - NUM. 1
Município/UF: SOUSA/PB Telefones: Celular: CEP: 58.800-000
Grau de Instrução: Não Informado
Naturalidade: Nacionalidade: BRASIL Ocupação Principal:
CPF: 108.944.704-34 Documento de Identificação: 14264908 Órgão Expedidor: SSP /SP
Origem: SOUSA/PB - BRASIL Destino: SOUSA/PB - BRASIL
Estado Físico: Lesões Leves Socorrido pela PRF? Não Usava Cinto? Sim Usava Capacete? Não Aplicável
Existe Declaração em Anexo? Não Havia Vestígio de Ingestão de Alcool? Não
Transcrição da Declaração:

Condutor é Habilitado? Sim Categoria CNH: AC Registro CNH: 0054222104/PB Primeira Habilitação: 25/07/1986
Validade CNH: 23/10/2018 País CNH: Dormia? Não Km Percorridos: Horas Dirigindo: Ignorado
Pertences:
Informações Complementares:

ENCAMINHAMENTO DO CONDUTOR

Tipo de Receptor: Responsável pela Recepção:
Documento do Responsável: Data/Hora da Recepção (hora local):
Município/UF: Motivo:
Descrição do

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 21/09/2016 10:12:49
NÚMERO DE CONTROLE: 714e7723358b319e

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 4 de 9

Scanned with CamScanner



Assinado eletronicamente por: IGOR FELIPE PEREIRA DOS SANTOS - 23/08/2019 19:03:27
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19082319032296000000023059262>
Número do documento: 19082319032296000000023059262

Num. 23799534 - Pág. 2

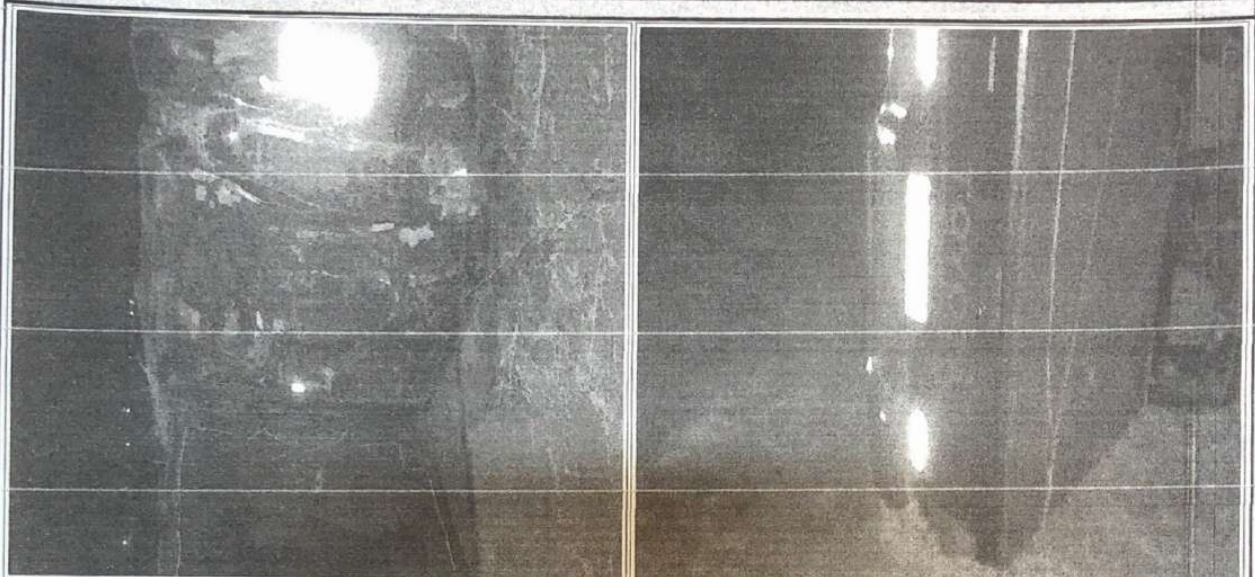


MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83492688
Comunicação: C2043701
*** STATUS DA OCORRÊNCIA:** Encerrada

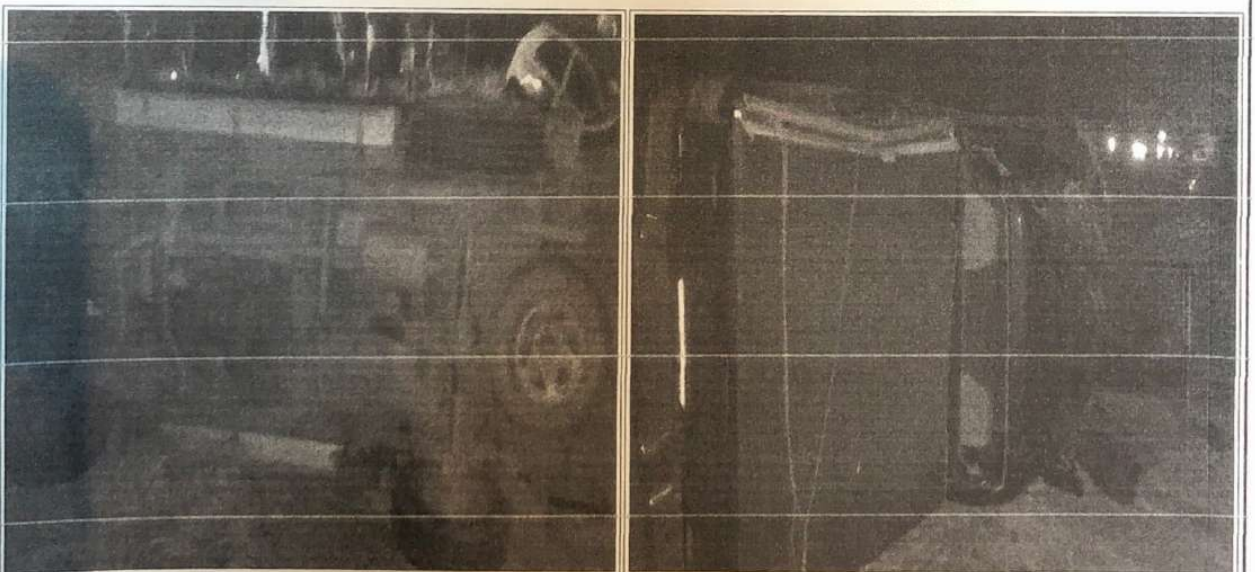
RELATÓRIO DE AVARIAS PARA CLASSIFICAÇÃO DO DANO EM AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS, CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

Veículo: V2 / ITOYOTA HILUX 2CDL SRV	Placa: MNJ-9449
Nome do Agente/Assinatura: CLAUDENOR PINHO DE SA FILHO	Nº BOAT: 83492688
Registro/Matricula do Agente: 1535060	Data: 23/08/2016 18:00



Frente

Traseira



Lateral Esquerda

Lateral Direita

JUSTIFICATIVA

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 21/09/2016 10:12:49
NÚMERO DE CONTROLE: 714e7723358b319e

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 6 de 9

Scanned with CamScanner





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
Sistema de Informações Operacionais
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

OCORRÊNCIA: 83492688

Comunicação: C2043701

*** STATUS DA OCORRÊNCIA:** Encerrada

RELATÓRIO DE AVARIAS PARA CLASSIFICAÇÃO DO DANO EM AUTOMÓVEIS, CAMIONETAS, CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

Veículo: V1 / CHEVROLET/CELTA 1.0L LT

Placa: OEY-4544

Nome do Agente/Assinatura: CLAUDENOR PINHO DE SA FILHO

Nº BOAT: 83492688

Registro/Matricula do Agente: 1535060

Data: 23/08/2016 18:00



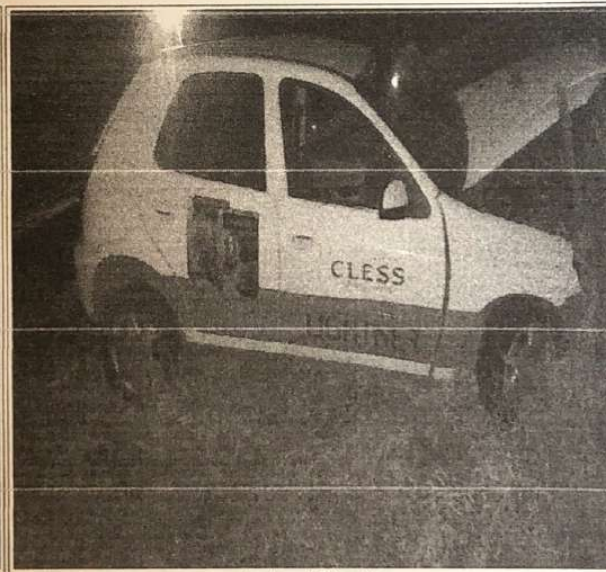
Frente



Traseira



Lateral Esquerda



Lateral Direita

JUSTIFICATIVA

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: <http://www.dprf.gov.br>

DATA/HORA DA EXPEDIÇÃO: 21/09/2016 10:12:49

NÚMERO DE CONTROLE: 714e7723358b319e

* Somente possuem valor legal as ocorrências em que o status seja "ENCERRADA"

Página 9 de 9

Scanned with CamScanner



Assinado eletronicamente por: IGOR FELIPE PEREIRA DOS SANTOS - 23/08/2019 19:03:27
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19082319032296000000023059262>
Número do documento: 19082319032296000000023059262

Num. 23799534 - Pág. 4

POLICLÍNICA EMMA

Laudo Médico

Aline Carla Nunes de Freitas sofreu acidente automobilístico em 2016, sofreu fratura de omoplata esquerda e evoluiu com hematoma em local e dor no ombro.

Hoje está apresentando mobilidade e amplitude de movimento preservadas e sem dor.

*Retorno até 15 dias

24/04/2018

Dr. Igor Felipe Pereira dos Santos
CRM: 190823

- RAIJO X / MAMOGRAFIA
- DENSITOMETRIA OSSEA
- ENDOSCOPIA
- ECG / ECOCARDIOGRAMA
- PEQUENAS CIRURGIAS
- ULTRASSOM
- PAAF MAMA / TIREOIDE
- CORE BIOPSY DE MAMA

ULTRASSONOGRÁFIA 4D

JOÃO PESSOA
Rua Elias Pereira de Araújo, 66 - Mangabeira I
CEP: 58056-010 - FONE: (83) 3023-8333

CAMPINA GRANDE
Rua Vila Nova da Rainha, 348 - Centro
CEP 58400-220 - Fone: (83) 3023-8333

Scanned with CamScanner





MAGNETOM

- Ressonância Magnética
- Tomografia Multislice
- Ultrassonografia

Nome: ALINE CARLA NUNES

Convênio: IPEP

Médico Solicitante: ELIZABETH DE MIRANDA RIBEIRO

RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DA COLUNA LOMBO-SACRA

TÉCNICA DE EXAME:

Foram realizadas aquisições multisequenciais nos planos axial e sagital ponderadas em T1, T2 e T2-STIR.

INDICAÇÃO CLÍNICA:

Sarcoma de coxa esquerda e lombalgia.

ANÁLISE :

Os corpos vertebrais lombares apresentam altura, intensidade de sinal e alinhamento posterior preservados.

Os elementos que compõem os arcos posteriores das vértebras lombares encontram-se íntegros.

Hipossinal no T2 do disco intervertebral L4-L5, indicando desidratação discal.

Protrusão focal pósterio-central do disco intervertebral L4-L5, associada a tênue ruptura do anulo fibroso externo, determinando leve compressão sobre a face anterior do saco dural.

Demais discos intervertebrais com altura e hidratação normais, sem evidências de herniação.

Neuroforamens livres.

O canal raqueano apresenta boa amplitude.

Configuração anatômica do cone medular.

Dr. Carlos Ferreira Neto II - CRM 5962-PB

Dr. Henrique Queiroga Cartaxo - CRM 4146-PB

Dr. Italo Miranda Pereira - CRM 5806-PB

Dr. Marcílio Mendes Cartaxo - CRM 2044-PB

Dr. Murilo Augusto de Almeida Rodrigues - CRM 7884-PB

Dr. Ocêlio Queiroga Cartaxo Filho - CRM 5056-PB

Dr. Pedro Guedes Pereira - CRM 5033-PB

MAGNETOM SAMARITANO

Av. Santa Julia, 35 - Torre - João Pessoa - PB - CEP 58.040-450

Fones: Ressonância (83) 3244-6968 - Tomografia (83) 3244-2988

MAGNETOM PRAIA

Av. Sen. Ruy Carneiro, 234 - Miramar - João Pessoa - PB - CEP 58.032-101

Tel.: (83) 3247-3111

www.magnetom.com.br • Email: magnetom@magnetom.com.br



Raízes da cauda equina com morfologia e distribuição anatômicas.

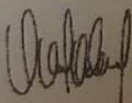
Articulações interapofisárias sem alterações significativas.

Musculatura paravertebral preservada.

Hipersinal no Stir envolvendo o ligamento interespinhoso no nível de L4-L5, sugerindo injúria ligamentar leve por provável sobrecarga/atrito mecânico.

IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA:

- 1- Desidratação do disco intervertebral L4-L5.
- 2- Protrusão focal pósterio-central do disco intervertebral L4-L5, associada a foco de ruptura do ânulo fibroso externo.
- 3- Sinais discretos de injúria do ligamento interespinhoso no nível de L4-L5.



DR. Ocelio Queiroga Cartaxo Filho
CRM - 5056 PB

João Pessoa, 10 de Janeiro de 2017

Dr. Carlos Ferreira Neto II • CRM 5962-PB
Dr. Henrique Queiroga Cartaxo • CRM 4146-PB
Dr. Ítalo Miranda Pereira • CRM 5806-PB
Dr. Márcilio Mendes Cartaxo • CRM 2044-PB
Dr. Murilo Augusto de Almeida Rodrigues • CRM 7884-PB
Dr. Ocelio Queiroga Cartaxo Filho • CRM 5056-PB
Dr. Pedro Guedes Pereira • CRM 5033-PB

MAGNETOM SAMARITANO
Av. Santa Julia, 35 - Torre - João Pessoa - PB - CEP 58.040-450
Fones: Ressonância (83) 3244-6968 - Tomografia (83) 3244-2988

MAGNETOM PRAIA
Av. Sen. Ruy Carneiro, 234 - Miramar - João Pessoa - PB - CEP 58.032-101
Tel.: (83) 3247-3111
www.magnetom.com.br • Email: magnetom@magnetom.com.br





Atendimento: 201900365007

Idade: 30 anos

Paciente: ALINE CARLA NUNES DE FREITAS

Data: 15/06/2019

Médico Solicitante: ALFREDO DANIEL

RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DA COLUNA LOMBAR

Técnica:

Exame realizado com sequências Stir, FSE (Fast spin-eco) ponderadas em T1 e T2 nos planos sagital e axial.

Análise:

Alinhamento vertebral lombar usual.

Corpos vertebrais de altura e sinal da medular óssea conservados.

Nas imagens ponderadas em T2, observamos redução do sinal do disco intervertebral L4-L5, indicando desidratação discal, associada a redução da altura discal do mesmo.

Extrusão do disco intervertebral de L4-L5, em situação central/paracentral direita, com migração caudal de cerca de 1,1 cm, obliterando a gordura epidural anterior e o recesso lateral, com compressão sobre a face ventral do saco dural correspondente. Há ainda, compressão da raiz descendente de L5 à direita.

Demais discos intervertebrais de altura e hidratação habituais, sem abaulamentos ou protrusões significativas.

Articulações interapofisárias de contornos regulares.

Diâmetros normais do canal vertebral e dos forames de conjugação nos demais segmentos avaliados.

Musculatura paravertebral sem alterações.

Este laudo foi liberado em 17/06/2019 14:41.

Dra. Maria Teresa Mayer
CRM : 8595 - PB

HOSPITAL METROPOLITANO DOM JOSÉ PIRES
RUA ROBERTO SANTOS CORREIA, S/N - BAIRRO: VÁRZEA NOVA
SANTA RITA-PB - CEP: 58319-000



HOSPITAL METROPOLITANO DOM JOSÉ MARIA PIRES
RUA ROBERTO SANTOS CORREIA, S/N - BAIRRO: VÁRZEA NOVA
SANTA RITA-PB - CEP: 58319-000

RECEITUÁRIO MÉDICO

NOME: Aline Carla Nunes de Freitas
LAUDO MÉDICO

Paciente com história de lombalgia
importante com irradiação para membros
inferiores há 3 anos, após acidente
automobilístico, apresentando Hérnia
Discal L4-L5, confirmada por
RM de coluna lombar. Em acompanhamento
para manter suas atividades laborais.

M51.1

DATA: 16.08.19

Dr. Alfredo Daniel de S. Neto
Neurocirurgia / Neurologia
CRM/PB 11330 - RQE 354
CPF 05148173-0
MÉDICO CRM





GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
1ª SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
4ª DELEGACIA DISTRITAL DA CAPITAL

REQUISIÇÃO DE EXAME Nº 055/2019/4ªDD

Exame requisitado: **EXAME DE CORPO DE DELITO**

Autoridade requisitante: Dr. LUIZ CARLOS MONTEIRO GUEDES

Local: 4ª DELEGACIA DISTRITAL DA CAPITAL

Data: 16.08.2018

SENHOR DIRETOR,

Com a finalidade de atender a Cota Ministerial do MP (cópia em anexo), requisitamos a Vossa Senhoria as providências, para que no prazo legal (art. 160, § único do CPP, alterado pela Lei 8.862/94) seja procedido o **EXAME DE CORPO DE DELITO COMPLEMENTAR**, em/na **PESSOA** de informações a seguir:

Nome: ALINE CARLA NUNES DE FREITAS; **Sexo:** FEMININO;
Nascido em 15/08/1988, com 31 anos; **Nacionalidade:** BRASILEIRA;
Estado Civil: CASADA; **RG.:** 33982279 SSP/PB; **CPF.:** 078.860.564-00;
Filiação: JOÃO LUIZ DE FREITAS FILHO E DE MÔNICA REJANE NUNES DA SILVA; **RG:** **Residente na** RUA JACKSON DO PANDEIRO, Nº161, APTO.203 – CIDADE DOS COLIBRIS – JOSÉ AMÉRICO, NESTA; **TEL.:** 98787.5669.

HISTÓRICO: A mesma conta que no dia 23 de agosto de 2016, por volta das 18:00 horas, quando saía da cidade de LAGOA TAPADA/PB com destino acidade de CAJAZEIRAS/PB, ao chegar no cruzamento do Distrito de SÃO GONÇALO/PB, colidiu o seu veículo CELTA, de placas: OEY-4544PB, com a TOYOTA HYLLUX, de PLACAS MNJ-9449/PB, sendo socorrida pelo SAMU para o Hospital Regional de Sousa, onde foi atendida. Segue anexo o BO Nº 10667012016102009.

**O LAUDO DEVERÁ SER REMETIDO PARA A
DELEGACIA MUNICIPAL DE SAPÉ/PB.**

GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
1ª SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
4ª DELEGACIA DISTRITAL DA CAPITAL
p/Christiane Gomes M. Kelent
LUIZ CARLOS MONTEIRO GUEDES
Delegado de Polícia Civil

A Ilmo Sr. Dr.
Gerente Executivo de Medicina Legal - GEMOL
Instituto de Policia Cientifica – IPC
João Pessoa/PB

Jefferson Andrade de Medeiros
Mat. 182.352.1/IPC
Recebido em 26/08/2019

Scanned with CamScanner



RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE		1ª VIA RETENÇÃO DA FARMÁCIA OU DROGARIA
IASS - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR Rua Eugênio de Lucena Neiva, s/n - Jardim 13 de Maio CEP: 58.025-020 - Tel.: (83) 3216-6800 João Pessoa - PB		2ª VIA ORIENTAÇÃO AO PACIENTE
Cidade: <u>João Pessoa</u>	UF: <u>PB</u>	
Telefone: <u>3318 237</u>		

Paciente: Almeida Carla Nunes de Freitas
 Endereço: R. Des. Pinheiro 11, Marquês 298

Prescrição: los
Celebra 200
Toma 1 comprimido de 12/12 h.

Data: <u>12/08/2016</u>	Assinatura do Médico
IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR	IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR
Nome: _____	
Identidade: _____ Org. Emissor: _____	
End.: _____	
Cidade: _____ UF: _____	
Telefone: _____	Assinatura da Farmácia Data: <u>1/1</u>

GOVERNO DO ESTADO Secretária de Saúde HOSPITAL REGIONAL DE SOUSA

P1 Almeida Carla Nunes
 B3

VSO ORAL

Toropenc 10mg
Acup 12/12h
Sdior

24.08.16

Antônio Gonçalves Melo II
 Cirurgião Geral Endoscopia
 CRM 68.642

Rua José Facundo de Lira, S/N - CEP: 58802-180
 FONES: 3522.2774/3522.6183 - SOUSA - PB

GOVERNO
 DA PARAIBA





INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR - IASS
DEPARTAMENTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA

NOME: Aline Carla Nunes de Freitas MAT. _____

RECEITUÁRIO

Rx Des. priclis M. Albuquerque 248 Bancaria

Rx

No. vol. _____

Miosam 5mg 0/4
Tomar 1 comprimido 3 vezes
dia.

CNPJ 09.128.000/0001-46
Instituto de Assistência
a Saúde do Servidor
Rua: Eugênio de Lucena Neiva S/N
Jardim 13 de Maio - CEP 58025-020
João Pessoa - PB

10/10/2016

Assinatura _____

Voltando à consulta, queira trazer esta receita.



INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR - IASS
DEPARTAMENTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA

NOME: Aline Carla N. de Freitas MAT. _____

RECEITUÁRIO

Rx

No. vol. _____

Miosam 5mg 0/4
Tomar 1 comprimido de 12/12
horas.

10/10/2016

Assinatura _____

Voltando à consulta, queira trazer esta receita.





INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR - IASS
DEPARTAMENTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA

NOME:

Alvine Carla Nunes de

MAT.

RECEITUÁRIO

- 2 USO INT.
- ① - FLOTAC (70) — 1 ca c/10
— Tomar 1 cp. 12/12 h, 5 dias
- ② - Musculane (5^{mg}) — 1 ca
— Tomar 1 cp. 12/12 h, 5 dias

CNPJ 09.128.000/0001-46
Instituto de Assistência
à Saúde do Servidor
Rua: Eugênio de Lucena Neiva S/N
Jardim 13 de Maio - CEP 58025-020
João Pessoa - PB

Dr. Anderson Alves de Oliveira
(Chanceler Geral)
CRM 3062

Assinatura

20/10/16

Assinatura

Voltando à consulta, queira trazer esta receita.



INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR - IASS
DEPARTAMENTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA

NOME:

Alvine Carla N. de Freitas

MAT.

RECEITUÁRIO

By

Uso oral

Trimetoprim — 01 ca
Tomar 01 comp. de 12/12 horas

CNPJ 09.128.000/0001-46
Instituto de Assistência
à Saúde do Servidor
Rua: Eugênio de Lucena Neiva S/N
Jardim 13 de Maio - CEP 58025-020
João Pessoa - PB

Dr. Elizabeth de Miranda Ribeiro
Núcleo
CRM-PB 3279

36/09/16

Assinatura

emulsen

Voltando à consulta, queira trazer esta receita.



Em anexo.





CAGEPA

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA,
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

717.9938

REFERÊNCIA

AGC/2019

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

ALINE CARLA NUNES DE FREITAS
RUA JACKSON DO PANDEIRO, 161 - APTO 203 - CIDADE
DOS COLIBRIS JOAO PESSOA PB 58073- 196

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Público	
001.079.025.0008.203	203	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
Y16N092323	02/08/2016	INT LACK	LIGADO	POTENCIAL		
ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (M3)		NUM DE DIAS	PROXIMA LEITURA	
414	424	10		31	14/09/2019	
HIST. CONS./ANOR. LEIT. QUALID. ÁGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.						
JUL/2019	13	PARAMETROS		EXIG.	ANALIS. CONFORMES	
JUN/2019	13	TURBIDEZ		0	0 0	
MAI/2019	13	CLORO		0	0 0	
ABR/2019	15	COL. TERMOT		0	0 0	
MAR/2019	16	COR		0	0 0	
FEV/2019	16	COL. TOTAIS		0	0 0	
MEDIA(M)	14	DADOS REFERENTES A: JUN/2019				

DATA DA IMPRESSÃO: 15/08/2019

HORA DA IMPRESSÃO: 13:16:08

DESCRIÇÃO

CONSUMO

TOTAL(R\$)

ÁGUA

RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)

CONSUMO DE ÁGUA

10 M3

37,91

ESGOTO

ACRESCIMO(S) MES(ES) ANT. 06/2019

1,05

JUROS DE MORA 06/2019

0,19





GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
1ª SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE POLICIA CIVIL
4ª DELEGACIA DISTRITAL DA CAPITAL

REQUISIÇÃO DE EXAME Nº 055/2019/4ªDD

Exame requisitado: **EXAME DE CORPO DE DELITO**

Autoridade requisitante: Dr. LUIZ CARLOS MONTEIRO GUEDES

Local: 4ª DELEGACIA DISTRITAL DA CAPITAL

Data: 16.08.2018

SENHOR DIRETOR,

Com a finalidade de atender a Cota Ministerial do MP (cópia em anexo), requisitamos a Vossa Senhoria as providências, para que no prazo legal (art. 160, § único do CPP, alterado pela Lei 8.862/94) seja procedido o **EXAME DE CORPO DE DELITO COMPLEMENTAR**, em/na **PESSOA** de informações a seguir:

Nome: ALINE CARLA NUNES DE FREITAS; **Sexo:** FEMININO;
Nascido em 15/08/1988, com **31** anos; **Nacionalidade:** BRASILEIRA;
Estado Civil: CASADA; **RG.:** 33982279 SSP/PB; **CPF.:** 078.860.564-00;
Filiação: JOÃO LUIZ DE FREITAS FILHO E DE MÔNICA REJANE NUNES DA SILVA; **RG: Residente na** RUA JACKSON DO PANDEIRO, Nº161, APT0.203 – CIDADE DOS COLIBRIS – JOSÉ AMÉRICO, NESTA; **TEL.:** 98787.5669.

HISTÓRICO: A mesma conta que no dia 23 de agosto de 2016, por volta das 18:00 horas, quando saía da cidade de LAGOA TAPADA/PB com destino cidade de CAJAZEIRAS/PB, ao chegar no cruzamento do Distrito de SÃO GONÇALO/PB, colidiu o seu veículo CELTA, de placas: OEY-4544PB, com a TOYOTA HYLLUX, de PLACAS MNJ-9449/PB, sendo socorrida pelo SAMU para o Hospital Regional de Sousa, onde foi atendida. Segue anexo o BO Nº 10667012016102009.

**O LAUDO DEVERÁ SER REMETIDO PARA A
DELEGACIA MUNICIPAL DE SAPÉ/PB.**

p/ Luiz Carlos Monteiro Guedes
LUIZ CARLOS MONTEIRO GUEDES
Delegado de Polícia Civil

A Ilmo Sr. Dr.
Gerente Executivo de Medicina Legal - GEMOL
Instituto de Polícia Científica – IPC
João Pessoa/PB



C. 611216

L. 1. 02. 09. 08. 2019 11/05





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
NÚCLEO DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL

C: 611216 Laudo nº: 03.01.07.082019.21405

LAUDO TRAUMATOLÓGICO
Sanidade física

Data do exame: 16/08/2019 Hora do exame: 16:32

Órgão Requiritante: 4ª DD. nº da Solicitação: 055/2019 Autoridade Solicitante: Luiz Carlos Monteiro Guedes. Nome: ALINE CARLA NUNES DE FREITAS, 31 anos, sexo: feminino Raça/cor: parda; filho(a) de: João Luiz Freitas Filho e de: Monica Rejane da Silva, Estado civil: Solteira. Nacionalidade: brasileira. Natural de: Recife/PE. Profissão: Promotora de Vendas.

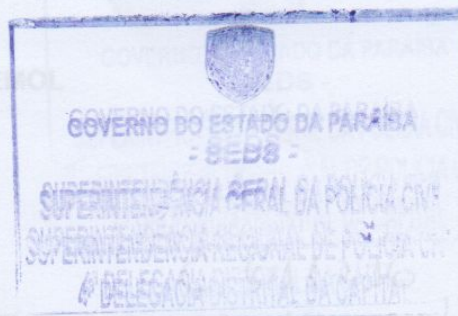
HISTÓRICO: refere que foi vítima de acidente automobilístico na data de 23/08/2016 por volta das 17:00 horas no município de Sousa P.B.

DESCRIÇÃO: a examinada se apresenta ao exame com marcha discretamente claudicante mas não se observam lesões macroscópicas no presente exame pericial, entretanto, relata sofrer com dores lombares além de formigamento e dormência nos membros inferiores. Trouxe laudo médico do Dr. Alfredo Daniel de S. Neto datado de 16/08/2019 constando lombalgia importante com irradiação para membros inferiores há 3 anos, após acidente automobilístico, apresentando hérnia discal extrusa L4-L5 confirmada por ressonância magnética de coluna lombar.

QUESITOS:

- 1) O paciente acha-se curado das ofensas físicas recebidas? SIM.
- 2) No caso negativo, quantos dias mais serão necessário para sua completa cura? PREJUDICADO.
- 3) Resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função? SIM, DEBILIDADE DA COLUNA LOMBAR DE GRAU MODERADO.
- 4) Resultou perda ou inutilização de membro, sentido ou função? NÃO.
- 5) Originou incapacidade permanente para o trabalho ou enfermidade incurável? NÃO.
- 6) Resultou deformidade permanente? NÃO.

Dr(a). Francisca Divina Silveira de Melo
Perito Oficial Médico-Legal
Mat:078.463-0 CRM 3272/PB





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
NÚCLEO DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL

C: 611216 Laudo n°: 03.01.07.082019.21405

LAUDO TRAUMATOLÓGICO

Sanidade física

EM BRANCO

Data do exame: 16/08/2019 Hora do exame: 16:32

COMPLEMENTAR



03.01.07.082019.21405

ALINE CARLA NUNES DE FREITAS

Órgão Requisitante: 4ª DD

Dr(a): Luiz Carlos Monteiro Guedes

Remeter para: 4ª DD

Dr(a): Luiz Carlos Monteiro Guedes

Luiz Carlos Monteiro Guedes
Delegado de Polícia Civil
Mat. 75.579.6



Poder Judiciário da Paraíba
2º Juizado Especial de Mangabeira
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira VII, João Pessoa - PB, 58055-018

Telefone: (83) 3238-6333

MANDADO DE INTIMAÇÃO DO PROMOVENTE PARA AUDIÊNCIA UNA

Nº DO PROCESSO: 0807395-60.2019.8.15.2003

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: ALINE CARLA NUNES DE FREITAS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) MM Juiz(a) de Direito deste 2ª Juizado Especial Misto de Mangabeira, fica(am) o(s) advogado(s) abaixo **INTIMADO(s)** para comparecer(em) neste juízo, no endereço supra, à AUDIÊNCIA UNA (conciliação, instrução e julgamento) designada: **Tipo: Una Sala: Sala de audiência UNA A Data: 05/02/2020 Hora: 14:00 hs, ficando desde já a(s) parte(s) Promovente(s) intimada(s) através de seu(s) advogado(s) cadastrado(s) no PJE**, a(s) qual(is) fica(m) advertida(s) de que o não comparecimento resultará em extinção do processo e condenação em custas processuais, conforme art. 51 e o seu §2º da Lei 9099/95 c/c o enunciado 28 do FONAJE, advertindo-se ainda acerca da faculdade de trazer testemunhas e provas documentais. **Frustrada a conciliação**, o que constará do respectivo termo, prosseguirá a audiência de instrução e julgamento, com a defesa oral ou escrita, decretação ou não de revelia, juntada de documentos, manifestação das partes, resolução de preliminares e incidentes, porventura, arguidos, depoimentos pessoais e testemunhais, quando necessários, nos termos do art. 27 e seguintes da Lei 9.099/95.

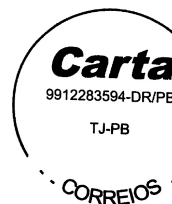
Advogado: IGOR FELIPE PEREIRA DOS SANTOS OAB: PB17268 Endereço: desconhecido

João Pessoa, em 16 de setembro de 2019

De ordem, EVELAINE MARIA MESQUITA PEDROSA
Chefe de Cartório



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL



Nº DO PROCESSO: 0807395-60.2019.8.15.2003

DESTINATÁRIO:

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: R SENADOR DANTAS, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ -
CEP: 20031-205

.....dobre aqui

REMETENTE: 2º JUIZADO ESPECIAL MISTO DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB, CEP: 58.013-520
Telefone: (83)3238-6333.

.....dobre aqui



PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

AUTOR: ALINE CARLA NUNES DE FREITAS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA

De ordem do(a) MM. Juiz(a) de Direito do 2º Juizado Especial Misto de Mangabeira, fica Vossa Senhoria Non SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S. Endereço: R SENADOR DANTAS, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-2 devidamente CITADO(A) por todos os atos do processo acima mencionado, e INTIMADO(A) para comparecer neste juízo, endereço supra, à audiência de: Tipo: Una Sala: Sala de audiência UNA A Data: 05/02/2020 Hora: 14:00 h, ficando advertido(desde já, que não comparecimento importará em REVELIA, reputando-se verdadeiras as alegações do(a) autor(a) e, o JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE, consoante art. 20, da Lei nº 9.099/95 e 355 do Código de Processo Civil, podendo oportunidade apresentar resposta, oral ou escrita, e produzir provas documentais ou testemunhais, nos termos ao art. 455 do Código Processo Civil.

João Pessoa, 16 de setembro de 2019

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

EVELAINE MARIA MESQUITA PEDROSA

Servidor

PARA VISUALIZAR A **PETIÇÃO INICIAL** E **DOCUMENTOS** ACESSE O LIN <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>, informando no CAMPO "Número do documento" a CHA DE ACESSO respectiva, conforme relação abaixo:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	1908231903100320000002305864
Petição inicial - Aline Carla	Outros Documentos	1908231903128230000002305925
Documentos de identificação e comprobatórios_compressed_compressed-1-21	Documento de Comprovação	1908231903177520000002305926
Documentos de identificação e comprobatórios_compressed_compressed-22-30	Documento de Comprovação	1908231903199700000002305926
Documentos de identificação e comprobatórios_compressed_compressed-30-42	Documento de Comprovação	1908231903229600000002305926
Laudo e Comprovante de residência	Documento de Comprovação	1908271739440720000002313939
Laudo 01	Documento de Comprovação	1908271739455540000002313964
	Documento de	



Laudo 02	Comprovação	1908271739464740000002313964
Laudo 03	Documento de Comprovação	1908271739475370000002313963
Comprovante de residência	Documento de Comprovação	1908271739512310000002313963

